

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DANIELSIE SILVA DO CARMO

“EU SOU PROFESSOR”: INCONSCIENTE, DESEJO E ALGUMAS QUESTÕES

SOBRE A FORMAÇÃO

**GOIÂNIA
2014**

DANIELSIE SILVA DO CARMO

**“EU SOU PROFESSOR”: INCONSCIENTE, DESEJO E ALGUMAS QUESTÕES
SOBRE A FORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Cultura e Processos Educacionais

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli

**GOIÂNIA
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

Carmo, Danielsie Silva do.
C287e “Eu sou professor”: inconsciente, desejo e algumas
questões sobre a formação [manuscrito] / Danielsie Silva do
Carmo. - 2014.
71 f.

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação, 2014.
Bibliografia.

1. Educação – Formação de professores 2. Educação –
Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU: 377.8

DANIELSIE SILVA DO CARMO

**EU SOU PROFESSOR: INCONSCIENTE, DESEJO E ALGUMAS
QUESTÕES SOBRE FORMAÇÃO**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli – FE/UFG
Presidente da Banca



Prof.^ª Dr.^ª Sonia Xavier de Almeida Borges – UVA/RJ



Prof. Dr. Ged Guimarães – FE/UFG

*Dedico este trabalho à minha mãe
Adolfina da Silva Rocha e meu filho Diego
da Silva Lima, porto-seguro e farol, em
minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao Professor Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli, orientador desta pesquisa, pela acolhida deste estudo, e com quem aprendi as primeiras e valiosas lições sobre psicanálise, e também pela paciência, fundamental na elaboração e articulação de minhas ideias.

À Secretaria Municipal de Educação de Jataí, pelo incentivo aos estudos e pesquisa por meio da licença fornecida para aprimoramento profissional.

Aos companheiros do grupo de estudo e extensão “Linguagem, psicanálise e educação” e do projeto de pesquisa “Entraste: subjetividade, arte e clínica”, que colaboraram com meus primeiros passos neste campo teórico. Em especial à Maria Alice de Souza Carvalho Rocha pelas contribuições e carinho.

À família e amigos, por entenderem minha distância durante a escrita desta dissertação.

Ao meu querido Mauro Sérgio Aniceto Rezende, pela cumplicidade e suporte em todas as horas.

Aos amigos e colegas de pós-graduação, pela amizade, companheirismo em momentos fecundos de trabalho e descontração.

Não MEU, não meu é quanto escrevo.

*A quem o devo?
De quem sou o arauto nado?
Por que, enganado,
Julguei ser meu o que era meu?
Que outro mo deu?
Mas, seja como for, se a sorte
For eu ser morte
De uma outra vida que em mim vive,
Eu, o que estive
Em ilusão toda esta vida
Aparecida,
Sou grato ao que do pó que sou
Me levantou.
(E me fez nuvem um momento
De pensamento.)
(Ao de quem sou, erguido pó,
Símbolo só.)*

(PESSOA, 1988. p. 45)

RESUMO:

Tendo como fio condutor a abordagem psicanalítica, este estudo, eminentemente bibliográfico, coloca em questão as motivações subjetivas que levam à diferenciação do modo como cada professor se coloca frente à sua formação. Ancorado nos escritos freudianos e lacanianos, buscamos aprofundar os conhecimentos acerca de alguns dos conceitos fundamentais que orientam a psicanálise, enquanto arcabouço teórico. Foi dado destaque às formulações que tratam do inconsciente desde a sua fundação. Aludimo-nos à gênese do sujeito ao discorrer sobre a dinamicidade da passagem pelo complexo de Édipo e a implicação da linguagem que perpassa todo esse processo. Um dos aspectos concernentes à linguagem que ressaltamos, ainda, é a essencialidade da palavra para a psicanálise, discutindo especificamente acerca do conceito de representação. Tal conceito em Freud não se restringe à concepção de reproduzir o que se encontra externamente. Em conformidade com a elaboração que percorremos, entra em cena outro conceito comprometido com a causação do sujeito: o desejo. Articulando esse estudo acerca da constituição do sujeito e algumas propostas consolidadas atualmente sobre formação de professores no meio pedagógico, também discutimos algumas consequências do conceito de inconsciente e a incidência do desejo sobre a formação do professor, visto que nem sempre o que é ensinado é aprendido, nem o que é aprendido forma um sujeito.

Palavras-chave: formação; sujeito; linguagem; inconsciente; desejo.

ABSTRACT

Based on the psychoanalytical approach, this bibliographical work discusses the subjective motivations leading to the different ways in which each teacher positions themselves regarding their own formation. Based on Freudian and Lacanian writings, we discuss some of the fundamental concepts of psychoanalysis as a theoretical framework. We emphasize the writings about the unconscious since its foundation. We discuss the origin of the subject by talking about the dynamic nature of the passage through the Oedipus complex, and the implication of language in this process. One of the aspects about language that we highlight is how the word is essential to psychoanalysis, discussing specifically the concept of representation. Such a concept for Freud isn't restricted to the reproduction of the external world. Considering what's been exposed, there's another concept committed to the causation of the subject: the desire. Taking together this study about the constitution of the subject and some currently established proposals about the teacher's formation in pedagogy, we also discuss some consequences of the concept of unconscious and the incidence of desire in the teacher's formation, since what's taught isn't always learned, and what's learned doesn't always form a subject.

Keywords: formation; subject; language; unconscious; desire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
INCONSCIENTE, SUJEITO E DESEJO.....	19
“Eu sou professor”.....	19
O Inconsciente em Freud e Lacan.....	24
Inconsciente e linguagem.....	38
Inconsciente e sujeito.....	42
• O complexo de Édipo.....	43
• A metáfora paterna.....	46
• Voltando então à questão do sujeito.....	52
Inconsciente e desejo.....	55
Formação e desejo de ser professor.....	59
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

Com o propósito original de percorrer as particularidades do processo de formação de professores, elaborei um pré-projeto de pesquisa em que seriam trilhados caminhos investigativos no sentido de responder às principais questões que geralmente se articulam a essa temática. Contudo, com a minha entrada no PPGE — Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFG —, na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos, tal projeto foi se reformulando e, cada vez mais, implicando-se com as causas que levam à constituição do sujeito, não mais cabendo o foco sobre a particularidade de uma formação de um grupo restrito de profissionais proposta inicialmente.

Antes, o que motivou a começar essa caminhada foi o desejo de saber o que leva uma pessoa a escolher se deixar formar por tantos meios disponíveis em nosso contexto educacional, no que se refere à oferta de cursos e meios que objetivam a feitura de um bom profissional, ou seja, como garantir que, diante de tanta oferta, alguém possa fazer as escolhas mais efetivas.

Não obstante, com o empreendimento dos estudos acerca desse tema, sempre havia algo que me escapava, que não era satisfeito frente aos diálogos estabelecidos. Consistia numa indagação que se fazia presente anterior às escolhas empreendidas, algo mais profundo do que a discussão sobre a escolha da formação profissional. Afinal, o que leva o sujeito a se colocar num lugar frente a uma rede simbólico-imaginária que pressupõe e ao mesmo tempo dá consequências à posse de um suposto saber a ser partilhado? Diante dessa indagação, foi necessário o aprofundamento nos estudos acerca de alguns dos conceitos fundamentais da psicanálise e a verticalização no que consiste, de fato, o desejo de educar.

Hoje, ponderando do lugar atual, percebo que algo nas minhas questões iniciais já sinalizava para ir além do que eu considerava como o envolvimento dos educadores com as propostas “consistentes” de formação. Essas questões estavam diretamente encadeadas aos processos que levam às escolhas que são feitas pela vida a fora, inclusive a formação profissional. Não se trata apenas de escolhas profissionais racionais, são escolhas que constituem o sujeito, com todas as implicações e consequências advindas daí.

Em vez, então, de me dirigir aos estudos que discutem e buscam completar o que falta para que tais educadores venham a se envolver com uma proposta de formação, passei a considerar que a não-garantia nesse *como formar*, ou nesse *como se formar*, já teria que fazer parte do próprio referencial teórico a que eu teria que me dirigir para rever minhas questões.

Do mesmo jeito que uma viagem por lugares desconhecidos são sedutores, esse caminhar se tornou desejável por apresentar a possibilidade do insólito. Então, a indagação inicial acerca do processo de formação de professores passou a ser perscrutada primeiramente do lugar da psicanálise, em vez de se concentrar nas pesquisas sobre a formação profissional pela via da ciência desenvolvida a partir do século XIX, que privilegia a vinculação entre o saber e a técnica e que influenciou fortemente a pedagogia. Busquei como primeiro passo indagar sobre a determinação inconsciente na relação do sujeito com o saber, ou seja, tentar compreender como se dá a dinamicidade subjacente às escolhas que são feitas pelo sujeito, levando-se em conta sua própria constituição.

O motivo da opção pela psicanálise é devido à minha convicção de que, sem desqualificar as tecnociências, tentar compreender o universo humano a partir somente da racionalidade e dos métodos científicos mensuráveis é limitar a compreensão do que por natureza tem um caráter complexo, do que extrapola ao que pode ser quantitativamente percebido. Dessa forma, com a expectativa de ver com outro olhar a formação de professores, passei a levar em conta algumas noções até então pouco consideradas, como a determinação inconsciente, a formação subjetiva, a implicação do desejo, entre outras formulações até então desconhecidas por mim, que levariam a outros olhares com relação ao meu problema.

Fundamentando-me na concepção de que a escolha pela profissão docente, em especial do ensino básico, possui determinantes que vão muito além do que é explicitado pelos discursos proferidos, subjacentes às escolhas formativas, tomei como cerne de investigação o fato de haver uma diferenciação acerca do modo como cada profissional se coloca frente à sua formação, com concepções e implicações diversas — e isso, mesmo quando se trata de um professor que pertence a um mesmo grupo, com a mesma proposta de formação.

Havia observado durante algum tempo que nem todo profissional que passa pela formação em pedagogia considera-se apto para lidar com alunos nas primeiras

etapas do sistema educacional do nosso país; muitas vezes não vai atuar na docência nem vai se nomear como professor. Esse fato sempre me chamou atenção ao longo da minha atuação profissional, pois percebo que, subjacente ao que dizem os diplomas amalhados ao longo da trajetória educacional do professor, há algo mais que o autoriza e o guia na sua identificação profissional.¹ O fato de um professor poder ou não afirmar com veemência ser um professor alfabetizador — o que vale para os profissionais das outras áreas — não nos pareceu, portanto, óbvio. Esse algo mais, tão verdadeiro e pessoal, demonstra ter o poder de fazer com que ele vá se tornando o que ele diz ser, implicando, assim, suas escolhas profissionais, sua posição e suas tomadas de decisão frente à sociedade em que está inserido.

Tais questionamentos me levaram a pesquisar se a questão da formação poderia avançar se a pensássemos pela via dos processos inconscientes. Os fatos que me chamaram atenção não estavam sinalizando para uma concepção de formação tributária ao conceito de inconsciente? Caso me debruçasse nos estudos freudianos, não poderia render alguns passos sobre a inter-relação entre inconsciente e pensamento, bem como entre inconsciente, saber teórico e exercício de uma profissão?

Quando falamos de formação, não podemos deixar de levar em conta o caráter educativo que emerge dessa ideia. No entanto, tomados pela percepção dos limites dessa ação educativa, nos remetemos à sentença de Freud no texto “Análise terminável e interminável”, de 1937, segundo a qual educar, governar e psicanalisar são três profissões impossíveis. O que podemos ver em comum nessas três profissões é que são fundamentalmente ancoradas na palavra, e desse modo torna-se impossível controlar os efeitos da intervenção feita, pois nós até podemos saber do que estamos falando, mas jamais poderemos ter acesso ao que o outro escuta. Outro ponto comum aí que interessa muito particularmente a este trabalho é a questão do desejo. Embora o desejo de um sujeito seja fundado pela alteridade, também pode ser correto dizer que ninguém deseja do lugar ou da posição do outro, isto é, o educador, o governante e o psicanalista, mesmo com os melhores instrumentos e dispositivos, não poderão atender exatamente às demandas a eles dirigidas.

A escolha do referencial teórico psicanalítico para tratar de formação pode parecer paradoxal ao deparar-se com essa sentença supostamente paralisante, tomando

¹ Identificação: “termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam.” (ROUDINESCO, 1998. p. 363)

a educação como uma profissão impossível. Como então discutir a partir disso uma formação? Se é impossível, tanto faz? Qualquer empreendimento, qualquer aposta, qualquer projeto vão dar na mesma? Podemos então cair no niilismo? Esta dissertação se propõe, no entanto, a explorar a outra face dessa sentença de Freud, entendendo esse “impossível”, ao contrário, como força propulsora do desejo de educar. Buscaremos desenvolver que, diferentemente da recusa, o enfrentamento de um limite — em termos freudianos o limite da castração — poderá constituir-se como a abertura necessária que solicita do sujeito um posicionamento quanto a seu desejo.

Ainda sobre essa sentença de Freud podemos comentar que, pinçada isoladamente, em princípio ela nos traz a ideia comum de que psicanálise e educação são áreas afins, o que não deixa de ser verdade, mas um exame mais aprofundado nos mostra que a natureza da psicanálise é também contrária à natureza da educação, pois, enquanto esta tenta transmitir a cada educando os meios para que ele possa dominar suas pulsões, a psicanálise vai ao encontro das questões que dizem respeito ao desejo (inconsciente) de um sujeito, o qual tem a ver com esse próprio movimento pulsional.

O que destaco aqui é que essa afirmação sobre a impossibilidade da educação não quer dizer que a educação seja inútil, mas que aponta para os limites que a formação, enquanto ação educativa, possui. Nem sempre o que é ensinado é aprendido, e nem sempre o que é aprendido forma um sujeito. Desse modo, veio a necessidade de um referencial que estivesse focado não só no processo de formação profissional, que no máximo nos permitiria pensar a constituição subjetiva como uma pauta insistentemente dirigida a todos ou a uma classe específica, mas principalmente a inter-relação entre inconsciente e desejo, que nos remete a uma concepção de sujeito que ao mesmo tempo se constitui pela fala e se divide por ela. Ele é sujeito porque fala, mas quando fala não se encontra ali no nível de seus enunciados.

Algo mais acena quando alguém diz de si. Porque esse algo mais que é dito quando um professor afirma ser professor — portanto da ordem do discurso e da subjetividade — é tão decisivo, acredito ser o arcabouço psicanalítico capaz de se colocar como via de acesso para fazer avançar minhas questões, sobretudo a partir das ideias de Jacques Lacan e de Sigmund Freud, autores basilares deste trabalho. Por isso empreendi a busca pela compreensão do conceito de inconsciente, para a partir daí pensar as implicações acerca da constituição do sujeito em sua relação com o desejo. Com isso, acreditei chegar à discussão sobre o que leva à diferenciação acerca do modo como cada

profissional se posiciona frente à emergência da sua formação.

A pergunta inicial era “Como nasce um professor alfabetizador?”. Na tentativa de achar respostas, o que aconteceu diante das primeiras leituras foi um emaranhado de outras questões muito mais abrangentes. Deparei-me com uma situação que me requereu um mergulho sem qualquer garantia de respostas. Minha única saída foi a leitura-implicação do que os grandes mestres já haviam posto, mesmo sendo para mim leituras totalmente desconhecidas.

Com o caminhar da pesquisa, meu problema sobre o professor e sua especificidade foi ganhando novas dimensões diante do novo universo conceitual. Houve a necessidade de um deslocamento, que requereu a saída da idealização em relação ao professor, tão comum nos discursos sobre formação a que até então havia me dedicado no campo pedagógico. Outra exigência desse momento foi articular meu objeto de estudo de modo que ele consistisse numa materialidade, isto é, considerar esse profissional em sua singularidade formativa, articulada por sua vez à história, ao discurso e à alteridade simbólica que o constituiu. Antes de tudo, tive que enfrentar a questão sobre o conceito de sujeito e quais são as implicações desse com os conceitos de inconsciente e de desejo, para posteriormente voltar ao professor e assim articular os passos teóricos realizados.

A metodologia de trabalho escolhida para este estudo foi a pesquisa bibliográfica. Com a opção de estabelecer uma vinculação com as fontes que consolidaram os fundamentos da teoria psicanalítica (Freud e Lacan), dediquei-me a diversas leituras que dizem respeito direta ou indiretamente à minha questão. Além das frequentes discussões com o orientador, minha participação no grupo de estudos “Linguagem, psicanálise e educação” e no projeto de pesquisa “Entraste: subjetividade, arte e clínica” foi de fundamental importância para o passo-a-passo desta pesquisa. Além de me introduzir na experiência de me tornar leitora de Freud e de Lacan, também me permitiu o acesso, com a possibilidade de diálogo, a vários outros textos presentes em teses, dissertações, periódicos científicos, capítulos de livros e livros mais recentes de estudiosos da psicanálise e de sua articulação com os demais saberes.

Sob o título “Inconsciente, sujeito e desejo”, busquei compreender como é constituído o sujeito, ou melhor, o processo de causação de um sujeito. Partindo desse fio condutor, realizei uma pesquisa sobre os conceitos psicanalíticos relacionados à formação subjetiva — principalmente inconsciente e desejo. Primeiramente pretendi dar

conta de dizer o que é o sujeito para a psicanálise — não mais pensar o professor especificamente, e sim o sujeito do inconsciente – para depois buscar uma articulação com as questões referentes aos impasses que se interpõem quando se pensa em um sujeito que diz de si, mesmo não sabendo o que diz. O inconsciente então é trazido à discussão a partir das leituras de Freud e Lacan.

A linguagem encontra-se visceralmente implicada no processo de constituição do sujeito, e o trajeto escolhido para este estudo incide sobre esse fato. Portanto, um dos aspectos concernentes à linguagem que ressalto, ainda, é a essencialidade da palavra para a psicanálise, discutindo especificamente acerca do conceito de representação. Tal conceito em Freud não se restringe à concepção de reproduzir o que se encontra externamente. Ao contrário, o que Freud ressalta, com ele, é a desvinculação entre representação e consciência, distanciando-se da ideia de funcionamento mecânico da atividade mental.

Nessa direção, da gênese do sujeito no mundo da linguagem, tentei prosseguir com os seguintes pontos: 1) para estabelecer uma discussão a respeito do conceito de inconsciente, desenvolver estas duas etapas: a) percorrer a elaboração freudiana desse conceito no âmbito das convencionalmente chamadas primeira e segunda tópicos; b) pensar o aparelho psíquico em Freud como aparelho de linguagem; 2) discutir o conceito de sujeito para a psicanálise, ou seja, entendendo-o como sujeito inconsciente, dividido pela linguagem, e articular o complexo de Édipo em Freud com a divisão do sujeito pela linguagem em Lacan; 3) depreender na elaboração que se percorreu nos itens anteriores o conceito de desejo. 4) desenvolver uma articulação levando-se em conta o sujeito que se diz professor e o sujeito inconsciente. Um aspecto que perpassará por todo o trabalho é o entendimento de que o retorno de Lacan a Freud se deu por sua implicação com a teoria do significante.

Esse percurso teve como objetivo construir as condições para que, em seguida e por fim, eu pudesse articular o conceito de inconsciente com algumas propostas consolidadas atualmente sobre a formação de professores. Para tal, busquei realizar primeiramente uma síntese, no âmbito da educação e da pedagogia, dos principais conceitos e princípios que temos identificado como os balizadores dessa área de estudos. Num segundo momento me pus a discutir, diante da elaboração desse campo, algumas consequências do conceito de inconsciente, indagando principalmente sobre a incidência do desejo sobre o formar-se professor. Retomando, portanto, os conceitos desenvolvidos

anteriormente, busquei pôr em questão tanto os recursos metodológicos que visam garantir o ensino-aprendizado quanto o conjunto de estratégias ou dispositivos que vem permitindo o programa de formação continuada de professores numa perspectiva em que se idealiza uma formação plena e integral para todos os professores.

Com a incursão nesses conceitos basilares do edifício teórico psicanalítico, não pretendo me apegar a certezas para responder às questões acerca da formação do profissional que lida com a docência, mas sim colocar em questão essa própria concepção de formação. É nessa direção que a discussão deverá prosseguir: o referencial psicanalítico não como solução, mas como um *entrelugar*, um distanciar-se dos saberes assentados num campo, para depois voltar a eles discutindo-os criticamente.

Que mal porém tem eu me afastar da lógica? Estou lidando com a matéria-prima. Estou atrás do que fica atrás do pensamento. (Clarice Lispector)

INCONSCIENTE, SUJEITO E DESEJO

“Eu sou professor!”

Tentaremos desenvolver estas três questões: como Freud concebe o aparelho psíquico, como se articula a questão do complexo de Édipo para Freud e para Lacan e, por fim, como tais conceitos nos permitem avançar com o problema desta dissertação, que, em última análise, é a relação entre sujeito e desejo.

O embasamento teórico que procuramos estudar e elaborar distancia-se, de alguma maneira, dos manuais que objetivam o apagamento das complexidades teóricas dos autores, muito comuns nos cursos destinados à formação de professores, que se utilizam rotineiramente de parte do arcabouço psicanalítico para tentar resolver os problemas de ensino e aprendizagem, ou ainda para compreender as nuances do desenvolvimento da sexualidade infantil e assim desenvolver estratégias educativas funcionais. O que buscamos neste estudo é uma implicação mais aprofundada, em que o conceito de inconsciente convoca seu desvendamento, numa leitura interpretativa que busca pensar as escolhas que são feitas por um sujeito ao longo da vida, e nessas incluídas as escolhas profissionais.

Como alguém se torna um professor? Essa questão a priori parece óbvia, pois esse nascimento pode se dar junto à formação profissional específica da academia, obtendo-se assim a condição regulamentar pretendida, mediante o porte de um título que materialmente se apresenta na forma de um diploma. Mas as respostas simplificadas nunca foram as mais convincentes, por isso optamos neste trabalho por suspendê-las, perguntando-nos e buscando articulações a respeito do que mais poderia fazer parte dos encadeamentos inerentes a esse processo.

Antes, no entanto, de irmos ao cerne desta discussão conceitual com os fundamentos da psicanálise, pretendemos elucidar um pouco do percurso traçado do nosso enfrentamento até a definição de um objeto de estudo desta dissertação.

Como a psicanálise tem a curiosa especificidade de tratar daquilo que, de certo modo, todo mundo sabe, mas ninguém quer saber, podemos evocar a experiência da vida comum para dar plena razão à ideia de que o que se fala pode não coincidir com o que

verdadeiramente se quer dizer, pois é certo que, ao afirmar algo, o sujeito está pondo em evidência, ou velando, as diversas peculiaridades que a sua constituição implica. Assim, quando alguém afirma ser professor, por exemplo, ante outros sujeitos, está não só falando do que sua percepção lhe confere, mas buscando também a afirmação fora de si.

Em diversas situações, levando em conta o lugar que ocupamos em nossa rotina profissional diária, onde cotidianamente lidamos com professores em seu local de trabalho, temos ouvido uma fala que por mais de uma vez nos levou a tecer algumas elaborações, despretensiosamente. Porém, parecia que, por trás de um simples diálogo, algo daquela situação comezinha nos fisgou.

Particularmente, numa dessas situações, um jovem senhor, que há pouco tempo passou a fazer parte do quadro de professores de uma escola atendida pela equipe pedagógica cuja função é supervisionar as escolas e dar suporte aos professores – equipe de que faço parte –, configurou-se como um bom exemplo dessa situação. Ele estava utilizando o computador da secretaria da escola para verificar algo a respeito das notas de seus alunos. Enquanto estava absorto em sua atividade, alguém chegou e, deduzindo que seria um funcionário do quadro administrativo que ali estava, pediu-lhe uma informação sobre a qual o professor não sabia. Esse, educadamente se desculpou por não poder ajudar, afinal se tratava de um assunto que esperadamente não fazia parte de sua alçada, e, ao final do diálogo, numa atitude que denotava alguma certeza a respeito de si, disse: “Eu sou professor”. Parece que o ser professor, naquela situação, lhe conferia uma delimitação acerca do que seria ou não aceitável fazer.

Esse é apenas um exemplo dos vários que temos presenciado, que nos parece apontar para um fato bastante significativo e pertinente à nossa pesquisa: alguns sujeitos que exercem a função de mestria realmente encarnam um *modus operandi* definidor de suas ações, testemunhando acerca do que o define como sujeito.

Quando alguém diz que é um professor, via de regra, podemos inferir que tenha passado por um longo processo de formação profissional: escolheu um curso, dedicou anos de trabalho intelectual e físico a fim de sustentar o título que lhe cabe. Contudo, percebemos que isso não é uma fórmula matemática de que se espera uma mesma resposta, sempre. A formação recebida em uma instituição de ensino, por melhor que seja, não vai garantir que todos os alunos saiam formados, mesmo portando um título, ou ainda que sejam efetivamente considerados competentes em suas áreas por terem passado por um curso reconhecidamente primoroso.

O que queremos salientar aqui é que, distante das discussões acerca da formação buscada em dispositivos regulamentados e funcionais, há um aparato velado, desconhecido, que determina o quê e quais expedientes serão eleitos para compor os processos que afinal serão reconhecidos como capazes de formar um profissional, que passa a se sentir assim e a se nomear como tal. Não podemos dizer que somos os senhores de nossa própria morada, sentindo dessa forma os efeitos desta ferida narcísica descrita por Freud referindo-se à modernidade: a de que não temos nenhum domínio sobre nós mesmos, já que o aparelho psíquico é muito mais complexo do que podemos conhecer conscientemente².

Cada sujeito que se coloca na posição de aprendiz de algo está atribuindo ao mestre um valor, a crença de que ele tem algo que pode saciar seu desejo de saber. Ele atribui um suposto saber ao Outro³, um saber que ele mesmo não possui e quer. Nessa dinâmica, há um universo de particularidades que continuamente influem no resultado, ao passo que cada sujeito se constitui de forma singular. E nessa constituição algo vai sendo estabelecido como verdade, e essa verdade acaba suportando um discurso em que tal sujeito diz de si, se nomeando como crê.

Sabemos da importância que o Outro desfruta ante o sujeito, então o que podemos dizer do profissional que, dizendo de si, fala o que é? Partindo do fato de que o Outro é o lugar da fala, entendido como “testemunha da verdade”, “é de outro lugar que não o da Realidade concernida pela Verdade que esta extrai sua garantia”_(LACAN, 1966/1998. p.821-822). Aqui, é ao lugar da fala que Lacan está se referindo, visto que é o enunciado que elementarmente decreta, estabelece a lei, sentencia, é oráculo, confere ao

² Freud, nos diz que os humanos foram feridos três vezes no transcorrer da modernidade, e que esses golpes atingiram em cheio o narcisismo de cada um, ao sentir os efeitos do desmoronamento da bela imagem que tínhamos de nós mesmos como seres racionais e com a qual, durante séculos estivemos encantados. O primeiro golpe veio de Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do universo e que os homens não eram o centro do mundo. Darwin causou a segunda ferida ao provar que os homens descendem de um primata, que são apenas um elo na evolução das espécies e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza. E a terceira, como dito acima, é decorrente do que Freud elaborou com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a instância mais fraca da vida psíquica, pois o inconsciente, na verdade, é que nos dirige.

³“Termo usado por Lacan para designar um lugar simbólico — o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou ainda, Deus — que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação como o desejo.” (ROUDINESCO, 1998. p. 558.) Com o conceito de “grande Outro” Lacan tentou abarcar em um único movimento teórico as inúmeras formas pelas quais a palavra nos constitui, aqui incluindo desde a cultura em que estamos inseridos até o discurso familiar, pois nada mais somos do que o efeito da incidência da linguagem sobre nossos corpos. Lacan situou a questão da alteridade — a relação do homem com seu meio — com seu desejo e com o objeto, na perspectiva de uma determinação inconsciente. Então, cunhou uma terminologia específica (Outro/outro) para diferenciar o que é da alçada do lugar terceiro, isto é, da determinação pelo inconsciente freudiano (Outro), do que é do campo da pura dualidade (outro). Esse conceito será reportado mais à frente.

outro real sua obscura soberania. Assim, podemos afirmar que, ao se nomear como professor, o sujeito está não simplesmente falando de algo que sabe sobre si, mas buscando no Outro a própria afirmação do que diz.

Outro fato importante na constituição do sujeito é a influência que os velhos professores mantiveram sobre esse. Em algum momento da vida escolar desse sujeito professor, talvez um ou outro mestre, com suas características pessoais, o afeto, ou mesmo o trabalho empenhado na lida educacional diária, tenha-o influenciado. Seguindo a lógica da estruturação do sujeito que é evidenciada neste estudo, não é ilusório afirmar que essa influência pode ter sido decisiva para a escolha da mudança de posição de discípulo a mestre no interior do campo da palavra e da linguagem. Assim sendo,

quando os pais *ensinam* seu filho quem ele é, até certo ponto, para os outros (a começar por eles mesmos), colocando-lhe um nome que vetoriza certos *ideais*, como também quando uma professora ensina a Pedrinho os números, instala-se uma *dívida*. Tanto um quanto o outro passam a dever algo pela sua existência. [...] No valor incalculável da [dívida] está embutida uma infundável pergunta: *o Outro, o que quer de mim?* O nome próprio e os números aprendidos tiram um bocado da estupidez da vida empírica mas é o ato de nomeação e o de ensinar em si quem instalam ou marcam a fogo essa pergunta nas nossas vidas. O chamado *desejo* é precisamente o eco da impossibilidade de vir a dar-lhe resposta conclusiva. [grifos do autor]. (LAJONQUIÈRE, 2013. p. 459)

Pode-se afirmar que, como todo professor um dia foi aprendiz, também ele não passa de um devedor, pois aquilo que ensina para seus alunos nada mais é do que a prova do seu dever, já que alguém no passado lhe ensinou aquilo que agora está ensinando. Essa dívida sendo simbólica, embora reconhecida, não pode ser saldada, porque está intrinsecamente implicada ao desejo, e este é impossível de ser satisfeito completamente. É nesse lugar de impossibilidade que o professor se situa, em que doa simbolicamente aquilo que, embora não tenha, sabe onde tomá-lo emprestado, ou seja, apoiado na tradição que dita o *script* da sua atuação. O que se tira desse transcurso é que a memória inconsciente do velho mestre, cheia de encanto, seguirá sendo lembrada com maior ou menor influência.

O que não se pode deixar de evidenciar, também, é que nesse ponto, “do desejo e, portanto, da castração embutida na própria mestria que nada se quer saber, de forma particular na formação de professores” (LAJONQUIÈRE, 2013. p. 465), toda ação docente, em última análise, tem entranhada em si o recalque do sexual, pois está constitutivamente implicada ao desejo. Mas não se pode desejar compreender as particularidades da formação de um professor, pelo viés escolhido para este trabalho, sem

levar em conta que, antes, existe ali um sujeito em constituição, que passou pela dinâmica estruturante da castração, desde sua relação com a paternidade. Assim, tanto o professor como o pai só se reconhecem como tais por terem sido filho ou aluno de outro anteriormente.

Então, todo pai fala do lugar da castração do predecessor e, portanto da *dívida simbólica* transmitida de geração em geração. [...] Da mesma forma, o mestre só pode endereçar a sua palavra à condição de *perlaborar*⁴ o fato de que ser discípulo de outro, isto é, de ter sido *infans* com relação a uma palavra mestre. Portanto, a palavra do pai e a do professor só advém no interior de uma tradição filial a qual se tem acesso pagando o preço da castração e do reconhecimento do desejo [grifos do autor]. (LAJONQUIÈRE, 2013. p. 465)

É nesse lugar de fala, no interior de uma tradição filial, que o professor se encontra. A própria razão que move a sua existência é a emergência do desejo, não seguindo fases de desenvolvimento, mas seguindo uma lógica em que o inconsciente dita o roteiro ao passo que os sujeitos são meros intérpretes.

Outro fator que merece ser observado no exercício da mestria é que o sujeito que se reconhece como um professor, certamente, passou pela desagradável experiência de ter sido tomado como um profissional de menor importância. Essa afirmação se baseia no fato de que o magistério, em nossa realidade, é sabidamente desvalorizado. Em nosso contexto, ser professor muitas vezes significa insistir numa atividade que parece estar o tempo todo na contramão do que se é desejável para a imensa maioria.

Levando em conta esse aspecto, podemos perceber que o ser professor implica abster-se de status social, pois, muitas vezes, o lidar com as obras de cultura, com a produção intelectual e as ideias em si, pode ser tomado como algo que se faz quando não se tem nada para fazer. E a simples presença do professor personifica aquele que trabalha não só com a cultura, mas com o seu agente, o seu portador, pois é ele quem está incumbido de formar. Nesse imaginário construído empiricamente, é revelado o quanto ser professor está associado ao fracasso, pois parte da ideia de que alguém só escolhe ser professor se não tiver uma opção melhor. No entanto, mesmo com todo o discurso negativo acerca do ser professor, alguns sujeitos insistem em afirmar sua singularidade, firmemente ancorados num propósito definidor de sua verdade, no qual certamente encontram alguma satisfação em ser professor.

⁴ Termo freudiano que indica o estofado do trabalho psíquico inerente à elaboração.

O Inconsciente em Freud e Lacan

Na linguagem comum, o termo inconsciente é usado de várias formas: pode ser um adjetivo para designar algo que não é sabidamente pensado, ou ainda como um atributo de alguém irresponsável ou que não é capaz de prestar contas de seus atos. Já em psicanálise, entende-se, como início da elaboração freudiana, que se trata de um processo de que a consciência não participa; não algo acima ou além desta. Assim, o que sabemos de nós mesmos, o que é consciente, é somente uma pequena parte do psiquismo.

Temos então o inconsciente como parte preeminente da constituição psíquica do ser humano. Nessa perspectiva, pode-se dizer que Freud começa sua elaboração atribuindo especial importância às forças inconscientes que motivam o comportamento humano, pois ali estão os principais determinantes da personalidade, as fontes de energias psíquicas e das pulsões. E isso, começando desde muito cedo, nos primeiros anos de vida, quando as crianças têm que se haver com os conflitos entre as moções pulsionais e as exigências impostas pela vida em sociedade.

Sendo a psicanálise também uma teoria que possui como característica pensar os elementos que determinam uma constituição psíquica, sua função é nos ajudar a compreender que nada ocorre por acaso, ou seja, não há descontinuidade na vida mental, pois cada evento tem explicação inconsciente, mas eles ocorrem de forma tão espontânea, que costumamos tomá-los como advindos da consciência.

Um ponto importante que não podemos deixar de observar é que o conceito de inconsciente não comparece para a psicanálise de modo isolado. Ao contrário, ele geralmente se articula aos demais conceitos fundamentais. Como nos diz Burgarelli (2008):

[...] não acreditamos que o conceito de inconsciente possa desvincular-se de vários outros que constituem, juntamente com ele, o campo discursivo inaugurado por Freud. [...] Esse foi um alerta constante nos seminários de Lacan [...], em que criticou fortemente aos que se davam por contentes em se “segurar no balaústre, no parapeito de algum pedaço de elaboração teórica de Freud” [...]. (p. 388)

Em vez de recorrer, portanto, a um “conceito salvador”, como se costuma fazer nos cursos aligeirados de capacitação, nossa proposta é discutir pontualmente a elaboração que se percorreu até o estabelecimento do conceito de sujeito para a partir daí

poder pensar tanto a constituição subjetiva quanto a relação do sujeito com seu desejo.

Se pensamos pela via do inconsciente, não se trata de um sujeito que sabe, mas um sujeito que não sabe o que fala. Trata-se da existência de um saber que é saber-sem-saber — Lacan preferia chamá-lo de saber insabido —, mas, mesmo assim, podemos presumir que seja um saber em algum lugar onde o sujeito supõe. Dessa forma, valida-se a ideia do caráter fugidio do saber; este não pode ser abarcado porque não é de todo transparente. Entre o que se pretende conhecer e o que efetivamente se dá na esfera subjetiva, há algo que se interpõe e conduz o espetáculo. Nessa lida com o saber, em dosagens diversas, há uma oscilação entre o saber e o não querer saber, que nesse movimento pode até resultar em achados novos.

E esses vaivéns também podem levar ao confronto com as próprias resistências, cujas manifestações criam obstáculos ao desenrolar das diferentes implicações com o desejo. As resistências, termo empregado em psicanálise para designar o conjunto das reações de um analisando cujas manifestações, no contexto do tratamento, criam obstáculos ao desenrolar da análise, também podem ser verificadas no âmbito das elaborações pessoais em relação ao saber instituído. Isso pode vir a ocorrer tendo em vista que frente aos confrontos inevitáveis entre os diálogos estabelecidos há a possibilidade de ataques em nossas crenças e certezas, ferindo nossas verdades narcísicas mais caras.

No texto “Resposta a estudantes de filosofia”, Lacan, falando das resistências ao se conceber a divisão do sujeito, nos lembra de que “não é à sua consciência que o sujeito está condenado, mas a seu corpo, que resiste de muitas maneiras a realizar a divisão do sujeito” (LACAN, 1961-62/2003. p. 213.). Ao se lembrar do caráter estrutural dessa divisão, Lacan remete-nos à passagem pelo estádio do espelho, dizendo-nos que tal divisão acontece muito cedo, na medida em que a imagem ilusória, percebida no reflexo do espelho, é captada como diferente. Diante disso, pode-se dizer que já há uma recusa no momento mesmo da aceitação/formação dessa imagem especular.

Burgarelli (2008) articula essa resistência, no caso do discurso pedagógico, a uma recusa da castração.

É interessante pensarmos os efeitos dessa castração tanto para os sujeitos implicados nos atos e gestos que se propõem a ensinar e a aprender quanto para um sujeito suposto no discurso pedagógico, que procura, incansavelmente, fundamentos conceituais e metodologias que dêem conta de eliminar todo e qualquer fracasso no processo de ensino e aprendizagem. Se, por um lado, o desejo do pedagogo, tanto na sua tarefa de ensinar quanto na sua produção

científica, põe-se em relação a um eu que já sabe, por outro, o desejo de que fala a psicanálise supõe um sujeito dividido, submetido à ordem simbólica [...]. (p. 389)

Assim, tendo em mente que o sujeito do inconsciente, a que nos referimos aqui, possui essa característica, “é difícil designá-lo em qualquer lugar como um sujeito de um enunciado, e portanto, como o articulando, quando ele nem sequer sabe o que fala” (LACAN, 1966/1998, p. 831), ou seja, abre-se uma possibilidade de um saber insabido, que tem a ver com a singularidade e o desejo de um sujeito, e por isso se distancia da noção de indivíduo ou de sujeito cognoscente tão comum nos discursos da pedagogia.

O que queremos deixar claro neste item é que, no lugar em que esta dissertação se coloca — numa intersecção entre pedagogia e psicanálise, que rotineiramente são tomadas como áreas afins — para pensar a formação de um sujeito, existe uma grande dificuldade para romper com o uso comum dos conceitos da psicanálise e para pensar o sujeito do inconsciente, pois

há uma diferença radical entre pedagogia e psicanálise, e é nisso que estamos insistindo. A primeira reclama uma articulação teórico-prática mais próxima possível do imaginário, até mesmo como a condição de sua visibilidade e pregnância. Já a segunda, se tomarmos como suportes as leituras de Freud e Lacan, exige que trilhemos por uma via totalmente oposta, quer seja, desinflarmos-nos desse imaginário para nos situar e nos deslocar num funcionamento simbólico, lugar privilegiado de transmissão singular, inconsciente, que constitui o desejo. (BURGARELLI, 2008. p. 390)

O conceito de inconsciente pode muitas vezes ser tomado por leituras diversas, prestando-se a vários usos teóricos, e divergir de acordo com o autor estudado. Neste trabalho nos ateremos ao conceito de inconsciente cujo papel *príncipeps* no campo psicanalítico, proposto por Freud, vem nos servir de norte para a insistência em uma formulação sobre a formação que vá além de descrever ou discutir ações que dizem respeito à objetivação do indivíduo a ser formado. Não se trata de discutir a formação de forma genérica, o que se pretende é a proposição de um ponto de vista diferente para se pensar a formação.

Dessa forma, uma primeira abordagem de inconsciente que nos interessa articula-se ao que Freud formulou como aparelho psíquico. Desde essa primeira concepção, já podemos falar que, além da vontade consciente, um outro desígnio funciona e ordena a relação do sujeito com o mundo. O que fica implícito nessa afirmação é que algo da ordem do não sabido nos dirige. Se Freud propõe incluir o registro do

inconsciente no sistema que ele constrói para pensar os processos psíquicos, que ocorrem desde a percepção até a ação motora, é porque uma barreira se impõe entre a verdade e o que dela poderia ser sabido pelo sujeito.

Também na abordagem freudiana acerca dos sonhos, em 1900, que foi apoiada na noção de inconsciente, podemos depreender essa barra entre saber e verdade, pois os sonhos dizem respeito a processos psíquicos motivados pelo desejo inconsciente, que não podem ser reconhecidos pelo sonhador. Se um desejo foi recalcado, ou seja, expulso da consciência, ele só pode reaparecer, para quem sonha, disfarçadamente, o que faz com que o sujeito não reconheça o que não quer saber. Através dos mecanismos de condensação e deslocamento,⁵ acontecem as deformações alusivas aos desejos recalcados que vão se manifestar nos sonhos como enigmas a serem decifrados, e não com a finalidade de comunicar alguma coisa. O propósito de todo esse processo é burlar a censura, que não permitiria que tais desejos inconscientes se manifestassem de forma evidente, e quanto maior o rigor que a censura apresenta, maior se dá a engenhosidade do disfarce. Assim sendo, é possível chegar à conclusão de que o inconsciente opera em nossa realidade psíquica.

Outro exemplo de como o inconsciente funciona em nosso cotidiano é o sintoma. Comumente o concebemos como algo que causa sofrimento, um distúrbio remetendo a um estado nocivo, contudo em psicanálise podemos entendê-lo como ato, uma situação produzida além de qualquer intencionalidade e de qualquer saber consciente. “É um ato que menos remete a um estado doentio do que a um processo chamado inconsciente.” (NASIO, 1993, p. 13) Se tomarmos a questão do sintoma como pesquisa, não é difícil nos depararmos com vários pontos em que ele se articula tanto ao desejo — relação do sujeito com a sua castração — quanto ao gozo — uma forma que esse sujeito encontra para driblar o fundamental da castração.

Na relação do sujeito com sua castração, o que está em jogo na formação do sintoma é a impossibilidade da completude, a impossibilidade de satisfação plena, já que seu acesso ao objeto de desejo não pode ser realizado. Na articulação ao gozo, é

⁵ As funções desses processos são concernentes às ações que visam à distorção do desejo recalcado. A condensação efetua a fusão de diversas ideias do pensamento inconsciente, para chegar numa única imagem no conteúdo manifesto consciente; sua principal particularidade é a síntese. Já o deslocamento, “por meio de um deslizamento associativo, transforma elementos primordiais de um conteúdo latente em detalhes secundários de um conteúdo manifesto” (ROUDINESCO, 1998, p. 148); ou seja, um elemento de valor psíquico retira a atenção de outro verdadeiramente importante em relação ao desejo do sujeito. Esses termos são utilizados na obra de 1900, *A interpretação dos sonhos*, como as duas grandes operações a que devemos, essencialmente, a forma dos sonhos.

aceitável afirmar que o sintoma presta-se também a um modo de gozo, pois, sendo produções substitutivas, tentam obstruir seu sentido sintomático. Nessa tentativa de driblar o fundamental da castração, ou seja, sanar a falta constitutiva satisfaz-se de maneira secundária através do sintoma. Dessa forma, a articulação entre desejo e gozo que encontramos no sintoma é imposta à medida que o desejo se apresenta como uma defesa e ali, onde o desejo cai, estabelece-se o gozo. De um modo ou de outro, o que está evidente nessa discussão é que o sintoma é pensado como a marca de um conflito psíquico a indicar a dinamicidade de um inconsciente que sempre está em operação, e esse mesmo sintoma pode ser tomado como uma fala que diz desse inconsciente. Pois o sujeito não fala somente através de palavras que articula, ele fala também por meio dos sintomas que lhe acometem, e nesse sentido aquele que faz o sintoma também é falado por meio desse, evidenciando-se assim o valor da fala no âmbito psicanalítico.

Em relação aos sonhos, por exemplo, atribui-se mais valor à maneira como o sonho é falado na clínica do que o sonho em si, atentando para o momento exato do relato em que se instala uma dúvida, uma palavra que escapa. Portanto, quando se diz que os sonhos são a via régia para o inconsciente, está se levando em conta também que os processos relacionados ao inconsciente podem ser constatados nos fenômenos mais corriqueiros da vida cotidiana e não só no âmbito terapêutico. Nessa obra, de 1900, Freud apresenta uma discussão mais elaborada sobre o conceito de inconsciente, e há um momento em que ele afirma:

o efeito consciente é apenas um resultado psíquico remoto do processo inconsciente, e de que este não se tornou consciente como tal; além disso, constata que este já estava presente e atuante, mesmo sem trair de nenhum modo sua existência para a consciência. [...] O inconsciente é a esfera mais ampla que inclui em si a esfera menor do consciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer neste estágio e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; *em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais* [grifo do autor]. (FREUD, 1900/2001, p. 584)

Aqui, o inconsciente é apresentado como um sistema constitutivo do aparelho psíquico. A consciência então representa a função de um sistema particular, e não a totalidade do psíquico, pois, além da vontade consciente, algo que nos move e impulsiona nos escapa. Essa descoberta de Freud, ponto de partida desta dissertação, configurou-se como um importante fundamento para as ciências psicológicas e também para qualquer

área que venha a se ocupar da compreensão tanto do sujeito quanto das relações simbólicas em que este está imerso.

Em 1915, Freud justifica o conceito de inconsciente, quando expõe ao leitor o caráter necessário para as finalidades do trabalho científico. Se antes o inconsciente pode ser apresentado como um sistema componente do aparelho psíquico, agora tem sua compreensão ampliada.

Nosso direito de supor a existência de um psiquismo inconsciente e de trabalhar cientificamente com essa suposição tem sido contestado por muitos. Podemos responder que a suposição do inconsciente é *necessária e legítima* e que dispomos de numerosas *provas* de sua existência. Ela é necessária, porque os dados da consciência têm muitas lacunas. Tanto em pessoas sadias quanto em doentes ocorrem com frequência atos psíquicos que, para serem explicados, pressupõem a existência de outros atos para os quais, no entanto, a consciência não fornece evidências. E estamos nos referindo aqui não apenas aos atos falhos e aos sonhos das pessoas sadias, mas a todos os chamados sintomas psíquicos e manifestações obsessivas nos doentes. [...] Todos esses atos conscientes permaneceriam incoerentes e incompreensíveis se insistíssemos na alegação de que só por intermédio da consciência podemos experimentar os atos psíquicos que ocorrem dentro de nós. [grifos do autor] (FREUD, 1915/2004. p. 18-19)

Para justificar a existência dessa instância inconsciente, lança mão da constatação da existência de atos psíquicos que não se explicavam de forma satisfatória até então. Na argumentação freudiana citada acima, as “numerosas provas” da existência do inconsciente apoiam-se na interpretação dada às lacunas, que tanto podem ser compreendidas conceitualmente como por dados observáveis.

Em seus escritos, Freud sempre teve a preocupação de diferenciar a sua compreensão do inconsciente das compreensões filosóficas, de distanciar-se da ideia de lugar a ser ocupado, numa perspectiva fisiológica — apesar de muitas vezes, lançar mão desse recurso para auxiliar suas elaborações —, de não tomá-lo como o equivalente ao psíquico. Assim, observamos que sua construção conceitual de inconsciente se apoia muito mais no que não o é. Essa insistência de distanciar o fato de que existem processos mentais inconscientes das especulações filosóficas e de combater as objeções levantadas contra ele diz respeito ao fato de que o interesse de Freud era, antes, empírico. Já nas primeiras páginas do artigo “O inconsciente”, de 1915, ele tenta restringir os fatos mentais aos que são inconscientes e, por isso, ao tratar dos fatos fisiológicos e neurais, mostra que há lacunas incompreensíveis na cadeia de fenômenos.

Talvez por sua formação ter sido na área médica, em seus escritos, grande parte se propõe a tratar das relações mente/corpo, principalmente os primeiros, nos quais

tratou das histerias, paralisias e afasias, quando começa a desenvolver o conceito de realidade dinâmica do inconsciente e cita as manifestações orgânicas dos sintomas. As comparações e as implicações com os eventos fisiológicos percorrem grande parte da obra freudiana, permitindo reconhecer a influência do funcionamento psíquico nos sintomas somáticos. Por estar criando um campo científico novo, os termos e as descrições que fez talvez tenham sido o único recurso disponível para se apoiar e elaborar as bases conceituais da psicanálise.

Ao longo do tempo Freud promove uma ampliação e aprofundamento da sua elaboração acerca do inconsciente, mesmo se deparando com situações teóricas ambíguas, que ao longo de sua criação vão se lapidando e se enriquecendo. Assim, formulou duas teorias para explicar o aparelho psíquico, o que comumente se costuma denominar de tópicas. Podemos citar o fato de que, no início, Freud fala de uma instância entre consciente e inconsciente, denominada pré-consciente; mais tarde reelabora essa divisão, apoiando-se na divisão consciente e inconsciente dos atos mentais. Quando passa da primeira para a segunda tópica, ele enriquece sua construção teórica deslocando a ideia de função para a ideia de sistemas, o que implica uma divisão estrutural do psiquismo baseada na divisão em partes as quais contam com algumas características e métodos operacionais diferentes entre si. Ele sempre dá à censura papel preponderante nos eventos psíquicos que ali ocorrem. Dessa maneira, o inconsciente na segunda tópica torna-se uma forma de qualificar as três instâncias em isso, eu e supereu.⁶

Na primeira tópica, notamos que há uma ênfase no que se refere ao funcionamento psíquico, a qual diz não somente acerca da dimensão dinâmica do aparelho psíquico, como também da função econômica, além de circunscrever o inconsciente como um sistema radicalmente separado pela censura.

Obtemos assim o nosso conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão.⁷ O reprimido é, para nós, o protótipo do inconsciente. Percebemos, contudo, que temos dois tipos de inconsciente: um que é latente, mas capaz de tornar-se consciente, e outro que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais trabalho, capaz de tornar-se consciente. Esta compreensão interna (*insight*) da dinâmica psíquica não pode deixar de afetar a terminologia e a descrição. Ao latente, que é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, chamamos de

⁶ Embora a tradução da Edição Standard da editora Imago tenha preferido os termos ego, superego e id para designar as instâncias nessa segunda tópica, esta dissertação optou por isso, eu e supereu, mais próximos do estilo coloquial de Freud.

⁷ Embora esta dissertação opte pela tradução de *Verdrängung* por recalque, neste trecho citamos *ipsis litteris* a Edição Standard da Imago.

pré-consciente; restringimos o termo *inconsciente* ao reprimido dinamicamente inconsciente, de maneira que temos agora três termos, consciente (Cs.), pré-consciente (Pcs.) e inconsciente (Ics.), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O Pcs. acha-se provavelmente muito mais próximo do Cs. que o Ics., e desde que chamamos o Ics. de psíquico, chamaremos, ainda com menos hesitação, o Pcs. latente de psíquico. [grifos do autor] (FREUD, 1923/1996, p. 28)

É nessa primeira composição tópica que introduz o conceito de instância, que é encontrada sobretudo na obra “ A interpretação dos sonhos”, mas que também encontramos na obra “O ego e o id”, supracitada, onde de modo geral trata acerca da organização e funcionamento do aparelho psíquico. O recalque, que dá o tom desse funcionamento, é primeiramente efetivado através do que foi nomeado como “primeira censura”, ao ter sua ação localizada entre as instâncias inconsciente e pré-consciente, mas, posteriormente, será tomado como “segunda censura”, que se encontra dissociando o sistema pré-consciente e consciente. Assim, o pré-consciente, podemos dizê-lo, é como se fosse um inconsciente “segundo”, essencialmente provisório, portanto latente, sempre capaz de vir a se tornar consciente. Às intervenções do pré-consciente atribuem-se três funções essenciais:

Proibidor, ele bloqueia o acesso direto à consciência dos materiais recalcados no inconsciente. Regulador, sintetiza a transformação da energia psíquica livre em energia ligada. Por fim, permissivo, autoriza, sob certas reservas prescritas pela censura, o retorno de representações inconscientes à atividade consciente do sujeito. (KAUFMANN, 1996, p. 265)

Se nesses três lugares — inconsciente, pré-consciente e consciente —, em que se organiza toda a atividade psíquica, há mudanças acerca das representações mentais, que ora são proibidas, ora reguladas, ora permitidas conhecer, podemos concluir que se trata de uma dimensão em permanente metamorfose, pois tais representações sempre estão sujeitas a se tornarem conscientes ou deixarem de sê-lo.

É fundamental, para que haja esse movimento, que sempre esteja acontecendo um jogo de forças psíquicas que reportem a uma censura, a existência do recalque, que se presta a afastar da consciência tudo o que a ela é insuportável, que pode ser observado por causa do fenômeno da resistência. O recalque serve para que o sujeito se livre do desprazer de ter que lidar com conteúdos psíquicos indesejáveis, mas ao mesmo tempo pode não ser totalmente bem sucedido e assim permitir que apareçam sonhos, sintomas, atos falhos, esquecimentos, que tenham relação com o conteúdo

recalcado. É por intermédio do enfoque no recalque e naquilo que é recalcado que Freud propôs sua teoria acerca das instâncias psíquicas e de seu modo de funcionamento.

Assim, sendo o inconsciente essa esfera maior a cujos conteúdos não temos acesso de forma absoluta, importa conhecer sua função. Como foi dito, os atos falhos, os sonhos, os sintomas e os esquecimentos dão pistas do que está inconsciente e do que delimita o que é mostrado ou não. A censura então entra em cena para fazer essa seleção, na medida em que age deixando alguns elementos serem manifestos na consciência, mas fazendo também que seu núcleo permaneça recalcado no inconsciente.

[...] um ato psíquico passa, em geral, por duas fases e [...] entre ambas há uma espécie de teste (*censura*). Na primeira fase, o ato psíquico se encontra em estado inconsciente e pertence ao sistema *Ics* [Inconsciente]; se no teste ele for rejeitado pela censura, a passagem para a segunda fase ser-lhe-á interdita; nesse caso, ele é designado na psicanálise como “recalcado” e terá de permanecer inconsciente. (FREUD, 1915/2004, p. 25)

Por conseguinte, o conflito entre essas forças psíquicas é algo próprio ao funcionamento, devido à natureza da configuração em que se desenha a realidade mental. Quando Freud propõe a teoria topográfica, fica muito claro que ele vai tomar como fio condutor a explicação de conflito intrapsíquico, que é, muito especificamente, um conflito entre desejos sexuais e forças inibidoras. Podemos reconhecer esse conflito entre as instâncias: inconsciente por um lado, pré-consciente e consciente por outro. Essa oposição corresponde, da mesma forma, à dualidade entre o princípio de prazer e o de realidade, onde o que está em questão é o conflito entre satisfação dos desejos e uma instância recalcadora que possui aspirações éticas e morais.

Na teoria da psicanálise não exitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. (FREUD, 1920/1996, p. 17)

Freud, insatisfeito com o problema que se colocava acerca do fato de que até então sua elaboração não respondia à indagação de que parte do eu surge das resistências originárias do recalque, conclui que esse possui, além de sua parte consciente, também uma parte inconsciente, responsável pelos seus mecanismos de defesa. Assim, influenciado pelas pulsões de autopreservação do eu, o princípio de realidade substitui o princípio de prazer, pois esse “ultimo princípio não abandona a

intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de responsabilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer” (FREUD, 1920/1996, p. 20) como um estágio para alcançar o prazer que se objetiva mais à frente, de forma indireta.

Com a primeira tópica, Freud veio nos esclarecer, primordialmente, acerca das formações do inconsciente, mas com o andamento de suas pesquisas, que requereu um aprofundamento acerca dos mecanismos que se referiam ao recalque, começou a ser orientado para o eu — a instância do psiquismo que, por não suportar a angústia gerada por determinadas representações mentais, as direcionava para o inconsciente. Então, em decorrência de várias reformulações teórico-clínicas, Freud foi levado a propor o que se convencionou chamar de segunda tópica. A noção acerca da organização e funcionamento do aparelho psíquico, em que trata das formações do inconsciente, foi ampliada no momento em que ele também sistematiza a relação entre o eu e o supereu.

Então, a partir principalmente do importante trabalho metapsicológico “Além do princípio de prazer”, Freud estabelece que um conjunto de elementos que, separadamente, têm funções distintas, mas que são indissociados entre si, interagem e influenciam-se mutuamente. A esses elementos atribuiu as denominações de eu, supereu e isso, estabelecendo a clássica concepção freudiana do aparelho psíquico, conhecido como modelo estrutural. A finalidade era alcançar a correspondência, pela divisão psíquica do eu, das funções psíquicas entre si, tomando como exemplo as situações de conflito, ou seja, buscando compreender quando se dão as muitas expressões do eu frente aos conflitos de funções entre as pulsões, a moralidade, a realidade e o eu, as quais podem se mostrar desconexas ou opostas.

Acerca do eu, Freud diz que “[...] em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade — isto é, à descarga de excitações para o mundo externo”. (FREUD, 1923/1996, p. 30) Mas o eu também está numa relação de dependência tanto para com as reivindicações do isso quanto para com os imperativos do supereu e as exigências da realidade. Ainda que apresente posição como mediador, o eu tem sua autonomia nem que seja apenas de modo relativo.

O eu pode ser tomado como uma parte do isso, que por influência do mundo externo, ter-se-ia diferenciado. Enquanto o isso é regido pelo princípio de prazer, o eu é

pelo princípio de realidade e, por ser influenciado pelo que está do lado de fora, tem, portanto, grande associação como a simbolização. O eu, na segunda tópica freudiana, tem como norte a percepção; ele recobre o isso com sua superfície formada pelo sistema perceptivo. “É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do Pcpt.-Cs. [sistema percepção-consciencial]; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície.” (FREUD, 1923/1996, p. 39) Ele representa o que podemos denominar de razão e bom senso, em oposição ao isso, que tem por conteúdo as paixões. Este segundo é o conceito que Freud usa para situar o lugar que as pulsões⁸ ocupam no aparelho psíquico. Assim se encontram no isso, indiscriminadamente, tanto as pulsões sexuais ou de morte — responsáveis pela agressividade que dirigimos contra nós mesmos e contra os outros — quanto as pulsões de autopreservação. As pulsões seriam os representantes no psiquismo de “necessidades” vindas do corpo e que buscariam a satisfação sem levar em conta as implicações negativas ou positivas para obtê-la.

Pode ser observado, também, que não há separação nítida entre o eu e o isso, mas sim uma tendência a se confundirem. Sendo o isso o polo pulsional da constituição do sujeito, caracteriza-se como uma parte indomável do eu, que deseja satisfazer seu prazer. Poderíamos dizer, considerando seus conteúdos como expressões psíquicas das pulsões e recordando o modelo topográfico, que o inconsciente coincide com o isso, assim como o eu coincide com o consciente, enquanto que o supereu, com o pré-consciente. Interessante observar que para Freud o isso se manifesta no ser humano de modo hiperbólico e que, por conta disso, adquire implicações com o que é externo ao eu. Podemos afirmar, baseados nisso, que sempre haverá conflitos entre o eu e as pulsões no âmago de cada ser humano.

Mas o eu não tem somente o isso como antagonista e competidor; tem também que se confrontar com a outra instância, a terceira dessa segunda tópica, o supereu. Originado da passagem pelo complexo de Édipo — o que será mais adequadamente focalizado adiante — essa terceira instância tem seu mister relacionado à busca de equilíbrio e conciliação frente à polarização entre o eu e o isso. A descoberta da diferença sexual e a fantasia da castração consolidam a resolução do complexo edipiano

⁸ Pulsão: termo utilizado “por Sigmund Freud a partir de 1905, tornou-se um grande conceito da doutrina psicanalítica, definido como a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem” (ROUDINESCO, 1998. p. 628). Essa definição enciclopédica, aqui neste momento, é suficiente, contudo a ideia de pulsão será trabalhada mais à frente, onde será abordado o conceito de pulsão para além do de energia.

promovendo a constituição do supereu com o qual se configura a função de inserir o sujeito na cultura, humanizando-o.

Dessa forma, seja qual for a resolução final do complexo de Édipo a que se chegue, o supereu conserva o caráter impositivo no que diz respeito à autoridade, pois pode ser entendido como sendo a interiorização do agente paterno, enquanto sinônimo de interdição do incesto. “A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto [...]” (FREUD, 1923/1996, p. 198). O supereu é, portanto, o herdeiro do complexo de Édipo e por meio dele se inscrevem no psiquismo do sujeito as marcas de suas relações objetivas e, conseqüentemente, as marcas da influência do mundo externo. O papel do supereu na economia psíquica é similar ao de um juiz, em relação ao eu, e ao de um repressor em relação ao isso, sendo que os traços de sua função podem ser reconhecidos através da consciência moral, na auto-observação ou até na formação de ideais.

Nesse contexto teórico da segunda tópica, Freud repensa as inter-relações acerca das instâncias que fazem parte do aparelho psíquico e reformula as suas funções, tendo como pano de fundo o novo conceito dessa dinâmica. O inconsciente passa a se referir, então, às instâncias psíquicas, de modo que o isso é totalmente inconsciente, e o eu e o supereu possuem partes conscientes e inconscientes. Se até então o inconsciente era tomado como um lugar específico, agora passa a ter duplo sentido — como substantivo, designando uma instância psíquica; e como adjetivo, designando uma qualidade. Não pode ser tomado como pertencente a uma região circunscrita, já que o eu, que antes era considerado como sendo totalmente consciente, possui agora partes inconscientes.

Apesar de que cada hipótese evidencie uma evolução teórica, não se pode afirmar categoricamente que a mais recente invalide as elaborações anteriores, mas apenas que, a partir dali, passou-se a focar as relações entre as três instâncias psíquicas em vez de apenas classificar um conteúdo mental como consciente ou inconsciente. Uma das novidades, entre outras, deste novo posicionamento teórico foi o fato de que não mais se vai falar de inconsciente a ser desvelado.

A teoria que supunha um aparelho psíquico composto de inconsciente, pré-consciente e consciente é, portanto, alterada, de modo a contribuir com uma nova forma de pensar a lógica dos processos que ocorrem no psiquismo. Dessa forma, as

novas instâncias, eu, supereu e isso, entram em cena. Em síntese podemos dizer que, assim como a instância à qual cabe realizar a censura dentro da realidade psíquica do indivíduo, que é o supereu, fazem parte da teoria da vida mental estabelecida por Freud o eu e o isso. Essas instâncias que formam os quadros da estrutura do aparelho mental podem ser descritas segundo suas características:

[...] cada uma das quais desempenha uma função particular e tem uma relação espacial fixa umas com as outras: [...] supomos que o ego é a camada do aparelho mental (do id) que foi modificada pela influência do mundo externo (da realidade). Isto mostrará como na psicanálise adotamos maneiras especiais de contemplar as coisas seriamente. Para nós o ego é realmente algo superficial e o id algo mais profundo — contemplados de fora, naturalmente. O ego está entre a realidade e o id, que é aquilo verdadeiramente mental. [...] As normas que regem o curso dos atos mentais são diferentes no ego e no id; [...] No id não há conflitos; as contradições e antíteses persistem nele lado a lado indiferentemente, sendo frequentemente ajustados pela formação de conciliações. Em circunstâncias semelhantes, o ego sente um conflito que deve ser resolvido; e a decisão está em um anseio de ser abandonado em favor do outro. O ego é uma organização caracterizada por uma tendência muito marcante no sentido da unificação, da síntese. Essa característica falta ao id; está, como poderíamos dizer, 'toda em pedaços'; seus diferentes anseios perseguem suas próprias finalidades independentemente e sem levar em conta uns aos outros. (FREUD, 1925/1996, p. 192-194)

Passar para a abordagem da segunda tópica implica repensar o conceito de pulsão, o que Freud faz a partir de 1920. Às “forças que impulsionam o aparelho mental em atividade e que são produzidas nos órgãos corporais como uma expressão das necessidades somáticas principais” (FREUD, 1925/1996, p. 197) é dado o nome de pulsão. Essa pulsão, que deseja ser satisfeita, age no indivíduo oscilando sob os efeitos da satisfação ou não dos desejos, estando o tempo todo respondendo às influências do princípio de prazer ou do princípio de realidade.

Até 1920, podemos reconhecer em sua obra a dicotomia prazer/desprazer, contudo, a partir dali, começa a instaurar um novo dualismo pulsional, opondo as pulsões de vida às pulsões de morte. Ancorado nos aspectos bio-fisiológicos das espécies, Freud diz que foi levado “[...] a distinguir duas espécies de instintos: aqueles que procuram conduzir o que é vivo à morte, e os outros, os instintos sexuais, que estão perpetuamente tentando e conseguindo uma renovação da vida [...]” (FREUD, 1920/1996, p. 57).

Mas, como podemos perceber a forma em que se dá a movimentação pulsional no cenário da segunda tópica, em relação ao eu e ao isso, já que, concomitantemente à reelaboração das ideias acerca de consciente e inconsciente, a de pulsão também foi ampliada? Nessa nova conceituação, a pulsão não mais poderia ser

circunscrita à compreensão análoga à energia, mas a algo vinculado à compulsão de repetição, que ultrapassa o princípio de prazer, fazendo com que a pessoa seja subjugada por uma espécie de força sobredeterminante, o que podemos entender como se tratando da pulsão de morte ou de vida.

Se levarmos em consideração observações [...] baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias de vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe realmente na mente uma compulsão à repetição que sobrepuja o princípio de prazer, como também ficaremos agora inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar. (FREUD, 1920/1996, p. 33)

Não se poderia deixar de assinalar o papel que a libido⁹ representa nessa dinâmica, em que se “chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido” (FREUD, 1920/1996, p. 62). Dessa forma, o eu encontrou seu lugar de destaque entre os objetos sexuais. Essa libido, acomodada no eu, foi descrita como 'narcisista', já que tomou o próprio eu do sujeito como seu objeto, dirigindo-se a si mesma.

O que podemos afirmar é que, se antes, na primeira tópica, os conflitos se davam pela oposição consciente/inconsciente, agora se darão, na segunda tópica, pelos conflitos entre o eu e o isso, considerados dois polos pulsionais. A correlação de forças apresenta, de um lado, o eu — a realidade e seus representantes incluindo aí o supereu — e, de outro, as pulsões de vida e de morte formando o isso. O panorama que se apresenta agora para o eu passa a ser mais bem configurado por causa da ideia de pulsão de morte. Assim, a pulsão é incluída na dinâmica psíquica como instância do isso, que marcará o funcionamento do eu e do supereu. Podemos então sustentar que todo o aparelho psíquico será conduzido, fundamentalmente, pelo que é da ordem do pulsional.

Sendo o eu originário do isso, esse também tira sua vivacidade do reservatório pulsional desse mesmo isso, de modo que o controle das pulsões é feito com esse mesmo material. Outro aspecto que se destaca na observação da estrutura do eu é que ele é marcado pela identificação. Dizer que o investimento libidinal direcionado a um objeto é substituído pela identificação implica caracterizar o investimento narcísico como

⁹ Libido: termo latino (libido = desejo), inicialmente utilizado por Moriz Benedikt e, mais tarde, pelos fundadores da sexologia (Albert Moll e Richard von Krafft-Ebing), para designar uma energia própria do instinto sexual, ou libido sexualis. Sigmund Freud retomou o termo numa acepção inteiramente distinta, para designar a manifestação da pulsão sexual na vida psíquica e, por extensão, a sexualidade humana em geral e a infantil em particular, entendida como causalidade psíquica (neurose), disposição polimorfa (perversão), amor-próprio (narcisismo) e sublimação. (Cf. ROUDINESCO, 1998. p. 471)

uma retirada do investimento que era anteriormente dirigido aos objetos e fornecer — num processo de substituição de um investimento por uma identificação — seu caráter de defesa. A identificação é o meio pelo qual o eu tenta adquirir algum controle sobre os investimentos pulsionais. Visando a esse aspecto na estruturação do eu e levando em conta a relação com o isso, podemos afirmar que é através da identificação com os objetos pulsionais que o eu adquire consistência. Essa consistência passa a sustentar o dualismo eu versus isso, portanto uma estrutura de oposição, de batalha psíquica, equivalente ao conflito da primeira tópica entre consciente e inconsciente.

Enquanto as relações entre eu e isso, frequentemente em conflito, acontecem visando a uma concordância, frente à satisfação ou não de um desejo e a possibilidade disso ocorrer frente ao mundo em que se está inserido, a terceira instância, o supereu, vem ocupar lugar especial entre o isso e o eu. Formado pela resolução do complexo de Édipo — e conseqüentemente ligado ao complexo de castração — ao supereu cabe a função de censurar situações que existem internamente e que podem vir a se chocar com o que é convencionalmente aceito. Assim, o que não deve ser conhecido conscientemente é direcionado ao inconsciente, constituindo-se o material recalcado e empreendendo-se um esforço para que assim permaneça. Vale ressaltar que esse material pode retornar à consciência, porém se manifesta de maneira distorcida, camuflada, pela ação da censura.

Inconsciente e linguagem

Não se pode negar que, ao se tratar de psicanálise, um aspecto salta aos olhos de qualquer um: a radicalidade com que ela assume a teoria do significante como causador do sujeito. O próprio Freud teoriza que o pensamento encontra-se na dependência da linguagem, daí a importância atribuída por ele à palavra. Se observarmos bem, toda ação psicanalítica de uma forma ou de outra está assentada na palavra, tanto de quem fala quanto de quem ouve. Ou ainda na busca das palavras que não se fazem ditas ou que querem se disfarçar. Dessa forma, a centralidade da palavra como elemento relevante da psicanálise e da técnica psicanalítica é reconhecida.

Pode-se perceber a supremacia da palavra na terapêutica psicanalítica

proposta por Freud, em vários momentos da história da metapsicologia, como por exemplo no método de associação livre, na interpretação dos sonhos e dos sintomas, nos lapsos, atos falhos e demais acidentes do discurso. Assim, podemos afirmar sem sombra de dúvidas que, para Freud, a palavra é um elemento que evidencia um conteúdo que excede à consciência, ou seja, que é por meio da palavra que se conta do inconsciente. A palavra torna-se, então, não só via de acesso a conflitos internos do sujeito, suas pulsões, defesas e material reprimido, como também a via de cura, pois torna possível a experiência analítica do sujeito.

Sendo o ser humano um ser falante, com possibilidade de se relacionar com o inconsciente também através dessa mesma palavra, não se poderia empreender uma tentativa de compreensão do humano sem levar em conta a perspectiva da linguagem. Tudo o que é relacionado ao homem está intrinsecamente implicado à linguagem e conseqüentemente também ao inconsciente. É interessante observar que não encontraremos no edifício teórico freudiano uma concepção única sobre linguagem, o que tem gerado tensões entre as concepções depreendidas de sua obra por causa das ambigüidades encontradas em suas argumentações. Contudo, para nosso trabalho, importa saber que seu interesse maior residia nas propriedades da linguagem, nas quais buscava as implicações acerca dos processos inconscientes.

Uma dessas propriedades diz respeito ao conceito de representação, que difere do conceito clássico e usual de entidade psicológica consciente, ou das concepções filosóficas do século XIX, em que predomina a visão clássica — embasada em Platão —, na qual a representação das ideias e das coisas do mundo é entendida como princípio do funcionamento e origem da linguagem. Em Freud, essa “noção implica a possibilidade de desvincular o conceito de “representação” do conceito de “consciência”, consistindo na renúncia da noção de percepção como impressão sensível” (SANTOS, 2013, p. 13), ainda que corrobore a ideia de que o processo psíquico seja “paralelo” ao processo fisiológico e proponha que a própria inscrição da representação estabeleça uma correspondência entre o processo fisiológico, o processo nervoso e o processo psicológico.

Mesmo que se utilize do termo “representação”, Freud caminha de modo contrário à ideia de funcionamento mecânico proposto pelos teóricos representacionistas e localizacionistas, que criam que o aparelho de linguagem era constituído de centros independentes responsáveis pela articulação. Desde o início, a compreensão freudiana

acerca da atividade mental é que ela resulta de processos que incluem o cérebro em toda sua dimensão.

Freud entende que os investimentos linguísticos abrangem a mesma área cortical na qual os artifícios associativos, responsáveis pela linguagem, se sobrepõem uns aos outros, ou seja, se sobreassocia. Segundo Freud (1891/1977), cada nova associação que se funda no aparelho psíquico altera a significação funcional das vinculações anteriores estabelecidas. Nesse aspecto, associar pressupõe, então, a articulação de diferentes elementos (acústicos e motores sensoriais) estabelecidos em termos de semelhança, contiguidade e frequência, de modo que as séries associativas não sejam circunscritas por uma combinação acumulativa de elementos que se conserva sem qualquer tipo de alteração. Conclui-se então que a associação não diz respeito a um processo automático, mecânico e externo aos elementos. (SANTOS, 2013, p. 25)

Com isso, podemos perceber que fundamentalmente para Freud a psique é constituída pela relação entre os processos associativos e sobreassociativos, ou seja, ela é constituída por linguagem. Daí se conclui também que a representação é uma construção psíquica, resultado de uma sucessiva recriação da mensagem que chega aos órgãos sensoriais, segundo princípios associativos.

Não podemos ter conhecimento de tudo o que faz parte das manifestações inconscientes, como por exemplo os feixes de representações que são articulados no inconsciente, mas é sabido que tais manifestações dirigem nossas falas e que se encontram entremeadas na linguagem. Lacan nos chama a atenção para uma série de incidências a respeito da inclusão da linguagem na compreensão do que é inconsciente. Para tanto, incita-nos a uma volta a Freud e a seu conceito de inconsciente. Ao desenvolver uma concepção diferente do inconsciente freudiano, Lacan apoiou-se na teoria do significante, estreitando as relações com a Linguística, dando maiores contornos ao inconsciente *estruturado* como linguagem. Consequentemente, fez convergir ao dinamismo psíquico o valor da linguagem como estruturante do sujeito.

Amparando-nos em formulações que se debruçaram sobre esse assunto e elegendo também as ideias de Lacan como fundamento teórico, buscaremos aqui enriquecer o entendimento acerca do inconsciente numa articulação com a Linguística. Ao eleger esse percurso, deparamo-nos, no entanto, com dificuldades conceituais acerca da escrita científica, pois sendo seu objetivo a exclusão do sujeito, para validar-se como tal, vemo-nos convocados a enfrentar contradições, uma vez que nosso propósito é não “incorrer no cinismo de ignorar a hipótese do Inconsciente.” (BURGARELLI, 2005, p. 15)

Buscaremos, portanto, construir um caminho investigativo em que a implicação do sujeito seja fundamental; não só o sujeito enquanto categoria, mas também o sujeito, diretamente implicado nessa construção teórica, pois

a experiência do inconsciente ensina que o ser falante não poderá dominar outro discurso senão aquele em que ele é incapaz de dizer explicitamente seu desejo. É esta a visada de Freud em praticamente toda a sua elaboração: como se trata de um sujeito dividido, barrado em sua verdade de sujeito faltoso e desejante, esse sujeito só poderá advir do inconsciente. Ao passo que, nos estudos linguísticos, há uma força exigindo a supressão do sujeito para que se obtenha o maior rigor científico possível, a psicanálise, por outro lado, já nasce tomando como questão a existência (*ex-sistência*) do sujeito. [grifo do autor]. (BURGARELLI, 2005, p. 15)

É interessante pontuar que a objetividade do pensamento numa obra científica, vindo do exercício do pensamento lógico, sempre se depara com a preocupação de apagar o sujeito implicado na produção visando à imparcialidade, para não comprometer a integridade do trabalho. e, dessa forma, validar os resultados. Mas aqui nos colocamos também como sujeito dividido, falante/escrevente, que lança mão de um olhar sobre a formação do sujeito e, ao mesmo tempo, encontramos-nos singularmente implicados com as questões que possam advir daí, mesmo cientes da possibilidade de que se elaborem inverdades, já que todo sujeito fala do que não sabe.

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase da descrição, não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. (FREUD, 1915/1969, p. 123)

Assim, não considerar as escolhas inconscientes no percurso realizado pela pesquisadora, autora, deste trabalho demonstraria uma incongruência com a tese do inconsciente, a qual postula que este dirige as ações do sujeito. Levando-se em conta a trajetória de estudos desde o início do curso de mestrado a que temos nos dedicado e as sucessivas surpresas no nosso contato com a obra lacaniana, não poderia ser indiferente o fato de que o desejo pela compreensão das ideias desse autor, consideradas complexas e densas em sua explicitação, deixasse de se manifestar. Lacan foi o grande responsável por uma releitura da teoria psicanalítica freudiana. A influência do “pai da psicanálise” sobre seu pensamento foi tão grande que o próprio Lacan se considerava um

psicanalista freudiano, porém acrescentou ao corpus psicanalítico sua própria conceitualidade.

Embora as definições do conceito de inconsciente variem ao longo da obra lacaniana, tomando roupagens que acompanham o desenrolar do pensamento do autor – da lógica significante ao universo da topologia, passando pela matematização dos discursos (para citar apenas alguns de seus movimentos) – parece-nos que um eixo condutor pode ser encontrado, apesar de sua enorme diversidade: uma impossibilidade de reconhecimento da enunciação simbólica. Qualquer que seja a definição de inconsciente forjada por Lacan em diversos momentos de sua obra, o conceito de inconsciente aparece em relação à perda de uma parte do dizível no ato da enunciação. (PONTES, 2003, p. 92)

Freud, na época de suas elaborações não pôde contar com as sistematizações assentadas pela Linguística, visto que essa ciência ainda não existia. Assim, inconsciente e linguagem são conceitos que não foram articulados tão especificamente como vemos hoje, apesar de já existirem ali para serem depreendidos. Lacan, posterior à Linguística, pôde avançar consideravelmente com essa articulação entre inconsciente e linguagem e conseqüentemente com o conceito de sujeito. É com ele, com suas leituras freudianas, que podemos hoje discutir o conceito de sujeito do inconsciente de modo radicalmente diferente das concepções tradicionais, como a do sujeito do direito, do conhecimento ou da consciência. Ao falarmos de sujeito na psicanálise temos claramente como objetivo situar o lugar da linguagem em sua relação com o inconsciente.

Inconsciente e sujeito

A elaboração lacaniana sobre o inconsciente retorna ao percurso de Freud e vai além, em busca das conseqüências de que ele é estruturado como uma linguagem, porque diz de um sujeito falante que se determina pelos efeitos da fala. É o discurso do Outro que o governa, determina e faz desejar, que o valida como sujeito. Assim, o “inconsciente são os efeitos da fala sobre o sujeito, é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos da fala, em conseqüência do que, o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1959-60/2008, p. 147).

É desse ponto enigmático, representado pelo desconhecimento e alienação, que se coloca para Lacan a questão do inconsciente. Ele irá possibilitar a aceitação da

noção de inconsciente estruturalmente determinado bem como a proposição da subversão do sujeito. Temos, então, o sujeito da psicanálise entendido, a partir de Freud, em sua subversão, ou seja, um sujeito determinado pelo real da pulsão e pelo simbólico da linguagem, tendo o desejo como via de expressão.

Como já foi dito, na obra “O seminário livro 5: as formações do inconsciente”, Lacan nos chama a atenção, fundamentado no que Freud já havia estabelecido anteriormente, para a radicalidade da linguagem na constituição do inconsciente.

Quando fala do inconsciente, Freud não nos diz que ele é estruturado de uma certa maneira, mas ainda assim, diz ele isso, na medida em que as leis que propõe, as leis de composição desse inconsciente, coincidem exatamente com algumas das mais fundamentais leis de composição do discurso. Por outro lado, no modo de articulação que é próprio do inconsciente falta toda sorte de elementos que estão implicados em nosso discurso comum — o vínculo de causalidade, dirá Freud a propósito do sonho, ou a negação, e isso para considerar logo em seguida e nos mostrar que esta última se exprime de alguma outra maneira no sonho. É esse o campo já delimitado, definido, circunscrito, explorado, e mesmo lavrado por Freud. É a ele que voltamos para tentar formular — ou então, indo mais longe, para formalizar — o que há pouco chamamos de leis estruturantes primordiais da linguagem. (LACAN, 1957-58/1999, p. 70)

O que Lacan nos mostra aqui é o fato de que escolhe compreender o inconsciente como uma estrutura e não como uma instância. E um marco inicial dessa estruturação é dado pela passagem pelo processo que Freud chamou de complexo de Édipo, ponto a partir do qual Lacan irá elaborar sua discussão sobre a metáfora paterna. Mesmo correndo o risco de imprecisão, faz-se necessário que sintetizemos aqui essas duas formas de falar da fundação do sujeito, da formação do inconsciente em sua origem e da constituição do sujeito desejante. É o que tentaremos com os próximos passos.

- **O complexo de Édipo**

O complexo de Édipo em Freud pode ser compreendido em linhas gerais como a primeira experiência definidora do sujeito. Utilizando-se do mito grego de Édipo e escolhendo a versão trágica estabelecida por Sófocles, Freud faz uma analogia entre o mito e o processo de determinação psíquica para explicar a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo. Podemos dizer que a passagem pelo complexo de Édipo

em Freud simboliza o universal do inconsciente, disfarçado de destino.

Na mitologia, Édipo é filho de Laio e Jocasta. Para evitar que se realize o presságio de Apolo, que previa a morte pelo filho, Laio entrega seu menino recém-nascido a um criado, para que ele o abandone. Em vez de obedecer, o criado confia o menino a um pastor de ovelhas, que em seguida o entrega ao rei de Corinto e à mulher deste, que não têm descendentes. Eles o chamam de Édipo e o criam como seu filho. Já adulto e desconfiado de não ser filho legítimo de seus pais, procura o oráculo de Delfos. Este, de pronto, responde que ele matará o pai e desposará a mãe.

Na estrada, voltando de Delfos, cruza com seu pai verdadeiro, Laio, a quem não conhece, e sua comitiva. Os dois brigam e Édipo o mata. Nessa época, Tebas vinha sendo aterrorizada pela Esfinge, monstro feminino alado e dotado de garras, que exterminava todos aqueles que não conseguiam decifrar o enigma proposto por ela sobre a existência do homem. Édipo consegue responder corretamente, e a Esfinge se mata. Como recompensa, Creonte, o regente de Tebas, dá-lhe por esposa sua irmã, Jocasta, com quem ele tem dois filhos, Eteoclés e Polinices, e duas filhas, Antígona e Ismene.

O tempo passa, e a peste e a fome se abatem sobre Tebas; o oráculo declara que os males desaparecerão quando o assassino de Laio tiver sido expulso da cidade. A verdade então é toda desvelada e, conseqüentemente, Jocasta se enforca, Édipo fura os próprios olhos e se exila em Colono com Antígona.

Embora Freud não tenha nenhum artigo dedicado exclusivamente ao complexo de Édipo, essa expressão aparece em seus textos a partir de 1910, e o sucessivo aperfeiçoamento e sistematização desse conceito vai aparecendo em toda sua obra, quer de forma velada ou de forma clara. Já na "Interpretação dos sonhos" (1900) menciona o mito para fundamentar a descoberta da relação amor/ódio que

é confirmada por uma lenda da Antiguidade clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e universal de comover só pode ser compreendido se a hipótese que propus com respeito à psicologia infantil tiver validade igualmente universal. O que tenho em mente é a lenda do Rei Édipo e a tragédia de Sófocles que traz o seu nome (FREUD, 1900/2001, p. 261)

Ao apropriar-se dessa construção mitológica, ao longo de suas elaborações, Freud formula sua ideia acerca da tríade parental (pai-mãe-criança), em que existe um desejo incestuoso da criança pela mãe e a interferência proibitiva do pai nessa relação, que por isso é odiado. De acordo com essa formulação, todo ser humano deve sua

origem a um pai e uma mãe, não tendo como escapar desse processo que constitui o centro do conflito humano, que perpassa toda a vida do sujeito e se constitui como um acontecimento que irá definir a estrutura psíquica do mesmo.

Esse conceito, universal na psicanálise, que fala de amor e ódio direcionados para aqueles que são mais próximos, geralmente os pais, pode ser observado quando a criança passa a se perceber um ser distinto da mãe e a ser alvo de várias proibições, limites e padrões que, para ela, antes, eram desconhecidos. Durante a infância, “apaixonar-se por um dos pais e odiar o outro figuram entre os componentes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se formam nessa época” (FREUD, 1900/2001, p. 261).

O complexo de Édipo assume, de fato, toda a sua dimensão de conceito fundador quando Freud o articula com o complexo de castração: este, ao provocar a interiorização da interdição oposta aos dois desejos edipianos (incesto materno e assassinato do pai), abre o acesso à cultura pela submissão e identificação com o pai, portador da lei, que regula o jogo do desejo. O complexo de Édipo ocorre quando a criança está passando pela fase fálica, ou seja, quando começa a ser alvo de várias proibições que antes não fazia parte de sua vida, por volta dos três anos de idade. Assim, ela já não pode mais fazer o que quer, pois a família e a sociedade começam a delimitar regras e padrões.

A organização sexual infantil se divide essencialmente em duas fases: uma primitiva ou pré-edipiana e outra fálica ou edipiana. A passagem da fase mais primitiva para a fase fálica se marca por dois acontecimentos: a ruptura da relação dual entre mãe e filho e a descoberta da diferença sexual. A primeira, começa nos primeiros anos de vida e se estende, aproximadamente, até os dois anos, é marcada pela relação dual entre mãe e filho. A segunda, que se situa no período que vai, aproximadamente, dos três aos quatro ou cinco anos, podendo começar antes dos três anos e se estender até os seis anos, caracteriza-se pela intervenção da figura do pai, cuja função é introduzir a lei que interdita o primeiro objeto de amor. (JORGE; FERREIRA, 2010, p. 47)

Com uma pequena diferença entre a passagem pelo complexo de Édipo do menino e da menina, o que se pode identificar nos dois processos é que se trata de uma fase em que tanto um como o outro têm que lidar com a ruptura, com a falta. Com a descoberta da diferença sexual por conta da passagem pela fase fálica, o que se observa é que se instaura aí a angústia da castração, ao constatar que nem todos os seres humanos têm a mesma genitália. A resolução do complexo de Édipo, portanto, está atrelada à constituição do supereu — a instância moral —, visto que esse pode ser

compreendido como a instauração da lei paterna enquanto sinônimo de veto ao incesto.

- **A metáfora paterna**

No item anterior buscamos articular, com Freud, o que discutimos aqui sobre a relação entre os conceitos de inconsciente e de sujeito. Agora, neste item, vamos pensar essa relação, com Lacan, que fundamentalmente diz, assim como Freud, acerca da relação do sujeito com sua castração. Não teria outra maneira de chegar à teorização lacaniana acerca do Édipo sem antes ter tecido essas considerações sobre o Édipo freudiano. Em sua releitura dessa passagem pelo complexo de Édipo, Lacan nos mostra a centralidade da função paterna na formação do inconsciente e por conseguinte na formação do sujeito.

Como a linguagem constitui condição para que exista o inconsciente, esse também só começa a existir a partir da entrada do sujeito no mundo da linguagem. E a estruturação do inconsciente se dá pelo que Lacan chamou de metáfora paterna. Ele usa essa terminologia para falar, no Seminário V, do mesmo processo ao qual Freud nomeou como complexo de Édipo, mas ressaltando aspectos desse processo até então não explicitados. Lacan se baseia nessa dinâmica da estruturação do sujeito, em que se evidenciam os papéis dos três elementos essenciais — pai, mãe e criança — para estabelecer as funções do significante pai no processo de simbolização.

Sendo da ordem do simbólico, a metáfora paterna tem valor de corte que funda o sujeito do inconsciente, pois implica o desejo (recalcado) da mãe, proibido para sempre. Instaura-se, portanto, a ordenação do significante do Outro à medida que ele institui a Lei fálica, que impõe à criança a castração simbólica, constituindo-a como sujeito.

Com efeito, o que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante. Trata-se do que chamo de Nome-do-pai, isto é, o pai simbólico. Esse é um termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. Esse é o Outro no Outro. (LACAN, 1957-58/1999, p. 152)

A Lei, originária da passagem pelo complexo de Édipo, “é aquilo que se articula

propriamente no nível do significante” (LACAN, 1957-58/1999, p. 152); é fundada a partir do assassinato do pai simbólico, que agora é denominado o Nome-do-pai. A cadeia significante continua a se desenrolar e a se ordenar no Outro. O Outro foi denominado “lugar do depósito, do tesouro do significante” (LACAN, 1957-58/1999, p. 162) porque para ter significado é preciso que o Outro exista, e a esse Outro é necessário que tenha a dimensão do Nome-do-Pai.

É precisamente isso que é expresso por esse mito necessário ao pensamento de Freud que é o mito de Édipo. Examinem-no mais de perto. É necessário que ele mesmo forneça a origem da lei sob essa forma mítica. Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estreitamente ligadas — o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-pai, que se constrói aí sobre o conteúdo. (LACAN, 1957-58/1999, p. 152)

Lacan nos mostra a necessidade de recorrer ao conceito de significante e de estabelecer aqui o entendimento acerca do funcionamento metonímico desses elementos, lembrando que possuem a mesma estrutura da linguagem. Já se sabe que a metáfora é a substituição de um significante de uma cadeia por outro. Sendo o pai uma metáfora, o Nome-do-pai é o significante que comuta a simbolização inicial do sujeito na presença ou ausência da figura materna. Pois a metáfora pode ser compreendida como o processo e o efeito do que é substituído e, em ausência, representado. Uma vez sucedendo um significante por outro, temos metáfora. E, nessa relação, o que falta se faz representar, no simbólico, pelo significante. Esse sujeito intervalado é aquele que se fez representar no Outro, deixando-se levar pelo efeito de sua fala. Aqui cabe o aforismo lacaniano com o qual afirma que o inconsciente é o discurso do Outro.

Com efeito, Lacan propôs uma concepção da função do pai como instauradora da Lei simbólica, fundada na metáfora, ao que nomeou metáfora paterna, ao passo que está ligada à instalação do significante fálico, significante central na fundação do sujeito. “Uma metáfora, como já lhes expliquei, é um significante que surge no lugar de outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo [...]. Nisso está [...] o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 180) Isto é, o pai tem a função de substituir o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno.

Assim como a criança sente-se privada de algo na ausência da mãe, ela consegue captar que a mãe também deseja outra coisa além dela. É aí que o falo assume

seu papel, e a acessibilidade ao falo se dá através do pai. Ou seja, “é na medida em que o pai substitui a mãe como significante que vem a se produzir o resultado comum da metáfora [...]. O elemento intermediário cai, e o S [significante] se apodera, pela via metafórica, do objeto do desejo da mãe, que então se apresenta sob a forma do falo.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 181)

O que se pode concluir com essa fala é que o pai não pode comparecer nessa dinâmica senão como um pai simbólico, mas que deixou no discurso esse vestígio que é o Nome-do-pai, o qual só se efetiva numa metáfora quando vem literalmente se pôr no lugar de desejo da mãe. Lacan nos mostra, assim, que sua compreensão do complexo de Édipo se refere a uma função simbólica em que o pai intervém sob a forma da Lei, para privar a criança da fusão com a mãe. O complexo de castração é definido por Lacan como o seu móbil nessa dinâmica. É instaurado no momento em que o pai entra em função como privador da mãe com o objeto de seu desejo, como aquele que castra. A passagem por essa fase é tão significativa na constituição do sujeito que dela

dependem estes dois fatos: que, de um lado, o menino se transforme em homem, e de outro, a menina se transforme em mulher. Em ambos os casos, a questão do ter ou não ter [o falo] é regida — mesmo naquele que, no fim, tem o direito de tê-lo, ou seja, o varão — por intermédio do complexo de castração. Isso supõe que para tê-lo, é preciso que haja um momento em que não se tem. Não chamaríamos o que está em jogo de complexo de castração se, de certa maneira, isso não pusesse em primeiro plano que, para tê-lo, primeiro é preciso que tenha sido instaurado que não se pode tê-lo, de modo que a possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo.

Esse é um passo a ser transposto, e no qual tem de intervir, em algum momento, eficazmente, realmente, efetivamente, o pai. (LACAN, 1957-58/1999, p. 192)

Lacan, agrega a passagem pelo complexo de Édipo à noção de constituição do sujeito, situando o desejo e, portanto, a falta na centralidade da existência humana. Ele compreende o complexo de Édipo a partir de uma estruturação em três tempos lógicos que remetem a diferentes relações com o Outro e com a castração. Em cada um desses três tempos, a marca da falta do objeto se faz presente.

No primeiro tempo, imaginemos um recém-nascido e suas primeiras experiências. Na relação fusional entre mãe e criança, é introduzido um terceiro elemento: o falo. “O que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, [ser ou não ser] o objeto de desejo da mãe.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 197) É necessário que a criança ocupe o lugar de falo, o lugar de objeto do desejo da mãe, para que seja introduzida no mundo do simbólico da Lei. Antes desse tempo havia o nada,

depois vem o 'não' sob a forma da Lei introduzindo a falta e inaugurando, ao mesmo tempo, o amor e o desejo. Lembremos que a substituição é o mecanismo da metáfora, então, temos aqui a primeira metáfora, onde o nada é substituído pelo significante Nome-do-pai. Essa primeira experiência de amor da gênese do sujeito, na qual fantasisticamente se vê como o falo, estrutura, modela e organiza todos os conflitos a serem vividos nos próximos tempos.

Segundo tempo: “no plano imaginário, o pai intervém efetivamente como privador da mãe” (LACAN, 1957-58/1999, p. 198). Se antes era a tríade criança, mãe e falo, nessa fase o que marca é a introdução do elemento pai. Ao pai cabe interditar a mãe, e é essa a função de proibição que se deve atribuir ao pai como agente da castração. A função imprescindível do pai real como operador estrutural é confirmar a função simbólica do pai — Nome-do-pai — inscrita na frustração. Interessante salientar que para Lacan a função do pai real só se realiza se for mediada pela palavra da mãe. Isso quer dizer que é fundamental que a mãe reconheça que está sob a Lei do pai, e que vai buscar nele, e não no filho, o que ela não tem.

“O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 200) A questão aqui não é mais centrada no fato de que a criança seja ou não o falo para a mãe, mas no dilema de ter ou não o falo. Essa dialética põe em jogo as identificações. Se na castração o pai tinha o falo, trata-se agora da admissão da castração do pai, o que acarreta a transformação do pai onipotente em pai potente: o pai não tem o falo, mas tem a dádiva paterna, que Lacan chamou de título de propriedade virtual, com o qual o menino se identifica. É nesse momento de saída do complexo de Édipo que se produz a escolha do sexo pela via da identificação, ou seja, o menino tem o direito de ser homem. Essa identificação chama-se Ideal do eu, ao qual nos deteremos logo à frente. Quanto ao desenlace do complexo de Édipo para a menina é diferente nesse tempo: “Ela não tem que fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 202) O que se torna estruturante nessa dinamicidade é o fato de o falo voltar a seu lugar de origem, ao pai, através da preferência da mãe, a qual irá desencadear a passagem do ser ao ter e que determinará a dinâmica da metáfora paterna. Dessa forma, é no inconsciente que se dá a primeira afirmação enquanto sujeito.

Outra experiência relevante na estruturação do inconsciente, e que a

passagem pelo complexo de Édipo permite ultrapassar, é a primeira matriz simbólica do sujeito, denominada estádio do espelho. Lacan vê nessa experiência com a imagem um importante lugar de estruturação do eu e da corporeidade pelo psiquismo no sujeito em constituição. Cabe aqui um parêntese para esclarecer acerca da diferenciação que Lacan faz: “o sujeito não é estruturado do mesmo modo que o eu da experiência” (LACAN, 1957-58/1999. p. 52), pois este possui suas leis próprias, enquanto o sujeito funciona mais além, ou seja, está subordinado às ações do inconsciente.

É válido lembrar que a formação da instância do eu inicialmente se constitui através da identificação que se dá no estádio do espelho, momento em que há “a transformação, produzida no sujeito quando ele assume uma imagem”. O bebê, de modo jubilatório assume que o que vê no espelho é sua imagem, manifestando, nessa “situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1966/1998, p. 97). Essa imagem corporal é denominada eu-ideal. O narcisismo continua a se manifestar, agora tendo essa imagem como objeto de amor nessa busca. Mas, à medida que esse objeto é buscado pelo eu, a definição que lhe cabe é a de Ideal do eu. O Ideal do eu substitui o narcisismo perdido na infância, quando o eu era seu próprio ideal. Assim, podemos perceber um deslocamento entre os registros imaginário e simbólico, a liberação de um lugar para o sujeito, e ao mesmo tempo o lugar do Outro. É ao pai que se refere a formação chamada de Ideal do eu, pois ele está numa posição de incômodo, visto que é o que proíbe sua satisfação real.

Mas também fica claro que alguma coisa se articula em torno do fato de ele proibir o menininho de se servir de seu pênis no momento em que o referido pênis começa a manifestar veleidades. Diremos, pois, que se trata da proibição do pai em relação à pulsão real. (LACAN, 1957-58/1999. p. 177)

Em síntese, o papel do pai na dinâmica edipiana evidencia-se na interdição da mãe, ligando-se à lei primordial da proibição do incesto, ficando assim encarregado de representar essa proibição sob a ameaça da castração. Nota-se a atribuição central que ocupa o falo nesse processo, em que tem a função de dar suporte à simbolização. Esse falo, “imagem do órgão ereto, reconhecida por Freud como central na economia libidinal” (KAUFMANN, 1996, p. 334), não deve ser confundido com o órgão sexual masculino, mas entendido como um elemento estruturador da sexualidade humana, uma representação erigida, baseada nessa parte do corpo. É ao redor desse falo que toda a dinâmica da

castração se organiza, visto que constitui o próprio significante do desejo, tendo em vista que todas as experiências ao longo da vida serão marcadas pelo processo crucial de se ter de renunciar ao gozo dual com a mãe e aceitar a insatisfação do desejo. “No momento da saída normatizadora do Édipo, a criança reconhece não ter — não ter realmente aquilo que tem, no caso do menino, e aquilo que não tem, no caso da menina.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 179) De um modo ou de outro, o que conta realmente é que sempre há que se haver com a falta.

É interessante observar que a paternidade para a psicanálise é uma função simbólica, capaz de entrelaçar imaginário e real. O pai biológico não precisa ter relação nenhuma com o pai que funciona como agente da castração e é capaz de institucionalizar a Lei, sob a forma de proibição. “A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno.” (LACAN, 1957-58/1999, p. 180) Daí a afirmação de que o pai se constitui uma metáfora.

Ainda no Seminário V, Lacan enfatiza que a função desse pai só se concretiza se for mediada pela fala da mãe — visto que essa mãe também está submetida à Lei do pai. Assim, a função do Nome-do-pai pode ser encarnada por qualquer um que prove que seu objeto de desejo não seja a criança. Trata-se de um elemento terceiro, para além da relação dual entre mãe e criança, e essa é a própria função da linguagem.

O que nos fica claro é que, nesse momento de sua elaboração, Lacan privilegia a dimensão do simbólico na dinâmica fundante do inconsciente ao considerar nesse processo a dependência do sujeito ao significante. Esse significante, sendo um elemento que se juntando a outros significantes e formando uma cadeia, é o que torna possível a existência do registro simbólico e sua representação.

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo. (LACAN, 1966/1998, p. 833)

Assim, a metáfora paterna — que substitui o pai pelo Nome-do-pai —, pertencendo ao registro simbólico, torna-se suporte para a articulação fundamental da constituição do sujeito, visto que é a estrutura geratriz do simbólico, que nos permite pensar a relação entre inconsciente e linguagem.

- **Voltando à questão do sujeito**

Considerando, então, a ideia lacaniana acerca da principalidade da linguagem — e conseqüentemente do significante — na fundação do sujeito, pela passagem pelo complexo de Édipo e toda sua pertinência à ordem simbólica, como foi exposto até aqui, podemos afirmar que o sujeito advém do campo do Outro cujo esteio original é a metáfora do Nome-do-pai.

A teoria lacaniana do significante tem por base diversos autores, aos quais recorre de acordo com os interesses da sua argumentação, mas quando ele diz que o significante remete a outro significante — o que está na base da compreensão da linguagem em Lacan — toma como modelo o signo linguístico de Saussure. No entanto, como comenta Pontes (2003), não segue o modelo saussuriano, mas promove uma inversão, colocando o significante como anterior ao significado, cessando com uma compreensão de correspondência ou proporcionalidade entre esses dois elementos. Assim, o significante é compreendido como uma estrutura mínima da cadeia significante na qual cada elemento é definido em termos de diferença, relacionando-se com outros significantes por oposição e encadeamento. A significação, então, é produzida pela relação entre significantes, não sendo nunca uma questão de referência à realidade. Como consequência, torna-se impossível a compreensão de que a função da linguagem seja denotar objetos.

Uma das conseqüências do posicionamento lacaniano, no qual a linguagem não tem função meramente denotativa, é um modelo de subjetividade que só pode se constituir pela mediação do outro. Desse modo, a concepção de uma anterioridade do interno em relação ao externo fica invalidada, bem como a noção de um significado prévio ao momento de enunciação por parte do agente. (PONTES, 2003, p. 96)

Esses aspectos marcam uma diferenciação entre o que Freud e Lacan concebem sobre subjetividade e linguagem, o que nos parece relevante visto que implica algumas diferenciações do uso do termo inconsciente. Uma dessas diferenciações diz respeito ao afastamento entre o conceito de inconsciente e individualidade ou anterioridade, visto que a materialidade do discurso foge a qualquer uma dessas dimensões.

Enquanto Freud elaborou um conceito de inconsciente que pode permitir sua configuração como uma instância interna do sujeito, Lacan, recorre à linguística para criar um conceito de inconsciente relacionado à linguagem, resolvendo assim o impasse entre as duas concepções. Essa escolha teórica faz toda a diferença na compreensão do inconsciente e da subjetividade considerando que o campo da linguagem está efetivamente implicado na constituição do sujeito, visto que permite compreender as combinações significantes como criadoras de sentido — que não podem ser totalmente conhecidas pelo sujeito — sem recorrer ao funcionamento de uma instância psíquica primeira e fundada em si mesma. Assim, o inconsciente da elaboração lacaniana “não se constitui em depósitos de memórias inconscientes, mas como um tropeço significante. É pelo valor de significação ou, dito de outra forma, pela atribuição de um sentido à falha discursiva que o sujeito constitui o inconsciente.” (PONTES, 2003, p. 103)

Interessante observar que

no decorrer de um discurso intencional em que o sujeito se apresenta como querendo dizer alguma coisa, produz-se algo que ultrapassa seu querer, que se manifesta como um acidente, [mas,] nas condições em que se produz esse acidente, verifica-se que ele é registrado e valorizado na categoria de fenômeno significativo de engendramento de um sentido. (LACAN, 1957-58/1999. p. 54)

Logo, podemos concluir que o inconsciente só pode ser conhecido através dos efeitos que apresenta no discurso, ou seja, através do que podemos chamar de ignorância discursiva, à medida que o sujeito fala algo do que não sabe. Na fala surge algo que claudica, algo da ordem do não realizado, assim “o inconsciente, primeiro, se manifesta para nós como algo que fica em espera na área, eu diria algo de não-nascido” (LACAN, 1959-60/2008. p. 30), isto é, algo que se manifesta numa produção discursiva que escapa ao sujeito. Ao se deparar com essa fala que se apresenta de forma surpreendente, ele se constitui como uma invenção em que ele mesmo se sente ultrapassado, mas que tem pra si certo valor: “esse achado, uma vez que ele se apresenta, é um reachado, e mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda” (LACAN, 1959-60/2008, p. 32).

Lacan, como foi mencionado acima, diz que a formação do sujeito passa pela estruturação do inconsciente. Tendo em vista que esse inconsciente é estruturado como uma linguagem, é nessa esfera que tentamos compreender como se dá o processo de constituição do sujeito. Levando-se em conta que a psicanálise introduziu no campo dos

saberes novidades divergentes acerca do que se entende comumente por sujeito, para longe das dualidades a que estamos habituados, não há como pretender um exame das particularidades relacionadas ao sujeito desvinculadas do que já foi dito acerca do inconsciente. Assim, é proposto aqui voltarmos nosso olhar para o fato de que a existência do sujeito se dá também com a entrada desse no mundo da linguagem, evocando também o fato de que há uma ordem linguageira estabelecida em nosso mundo precedendo ao ser que vai existir.

O bebê vem ao mundo humano marcado por um discurso, no qual já estão gravados a fantasia dos pais, a cultura, a classe social, a língua, o contexto em que se encontra o mundo naquele momento, etc. Por essa razão, Lacan afirma a ideia da exterioridade do simbólico em relação ao homem, e também que este homem está sujeito ao discurso. Ou seja, da mesma forma que o sujeito “pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio.” (LACAN, 1966/1998, p. 498)

Esse mundo de linguagem que já se encontra instituído quando o novo sujeito nasce tem tanto seu lugar de influência quanto mais próximo estiver desse sujeito. O que configura essa organização de forma mais achegada, geralmente, é a própria família, e na falta desta, os substitutos sociais capazes de cumprir essa função, como por exemplo as instituições de acolhimento como os orfanatos. É com esse aparato cuidador que se vai surgindo um novo ser, à medida que, junto com os cuidados básicos, também vai se articulando a linguagem e inaugurando toda uma ordem simbólica intrínseca a esses atos. Assim, vão-se dando os processos de formatação do humano. Essa ordem encontrada pelo recém-existente é frequentemente encarnada pelo adulto mais próximo, aquele que o leva à instituição do Outro, categorizado por Lacan na passagem pelo Édipo.

O importante, para nós é que vemos aqui o nível em que — antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí — isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador. (LACAN, 1959-60/2008, p. 28)

Não se pode deixar de evidenciar o papel fundamental do cuidador mais próximo, que, junto com os cuidados necessários ao novo ser, também é responsável pela introdução da palavra ao neonato. O que é transmitido, nesse início de existência,

não são somente informações relacionadas aos aspectos culturais inerentes ao grupo, mas algo da ordem significante, introduzido pelo Outro, que fará nascer o que se reconhece como o sujeito.

Que o sujeito como tal está na incerteza em razão de ser dividido pelo efeito da linguagem, é o que lhes ensino. [...] Pelo efeito da fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala. O efeito da linguagem está o tempo todo misturado com o fato que, é o fundo da experiência analítica, de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro. (LACAN, 1959-60/2008, p. 184)

É relevante o fato de não se usar, na psicanálise, o termo desenvolvimento para a gênese do sujeito, mas constituição, pois esse não nasce como uma parte do corpo que ao longo do tempo foi modificada. Quando se escolhe depreender o sujeito como constituído, corroboramos com o entendimento de que ele vai se organizando a partir dos afetos e marcas que a linguagem lhe causa. E, por ser afetado pela linguagem, mesmo a relação mais íntima que temos com nosso corpo orgânico se apresenta para nós como marcada pelo significante, de forma simbólica e imaginária, ou seja, nossas debilidades e realizações só têm sentido no e pelo campo da significação: “a mediação do significante, faz com que experimentemos nossa condição orgânica não como um todo, [...] mas por fragmentos, pedaços, com os quais sonhamos, imaginamos, fantasiemos, enfim, representamos para nós próprios” (ELIA, 2004, p. 46). Interessante observar que o que dá ao sujeito a condição de surgir como tal, além da falta fundante que foi instituída pela passagem pelo Édipo, é também a reação às demandas do Outro configurada num ato. Isso não deixa de ter um caráter paradoxal, visto que a falta é instituinte do sujeito, mas, em contrapartida, precisa do ato do sujeito para se fundar como falta.

Inconsciente e desejo

Na questão da constituição do sujeito, pela fala que o afeta, que dá suporte significantes que estruturam e amoldam a organização inicial das relações humanas, salientamos que, ao ser acometido pela ordem simbólica, esse sujeito se inscreve definitivamente no mundo da linguagem. Assim, as satisfações — ou não satisfações — também se encontram numa relação de dependência com o Outro.

Assim, as manifestações orgânicas são marcas lidas como mensagem, apagadas pela resposta oferecida e balizadas por precauções que as evitem. As manifestações vitais são signos, marcas que representam um sujeito para alguém, ou seja, a mãe antecipa uma posição de sujeito aderida ao ser. Guiado pela intervenção de uma alteridade que o significa, a pureza do instinto vital morre, posto que fica desfalcado de sua plenitude. Mas, caso o organismo fosse conduzido meramente pelo fluxo de vida, puro ser, sem sentido, ele se excluiria da alteridade, e a condição de insuficiência o mataria. (VORCARO, 2005, p. 2)

A intervenção do adulto cuidador, que chamamos também de mãe, dá ao bebê o estatuto de desejante, que o qualifica como sujeito, sendo a mãe também, ao mesmo tempo, a promessa de satisfação das necessidades — pois tem o leite que aplaca a fome, o colo que conforta. Partindo dessa inscrição inicial, o psiquismo procurará reencontrar o objeto segundo as linhas em que ele foi registrado. Essa busca foi denominada por Freud como desejo. Lacan chamou de demanda o nível intermediário entre necessidade e desejo, quando da passagem entre um e outro. “O grito da necessidade é, assim, transformado em demanda do sujeito. A essa demanda, o agente responde, trazendo o apaziguamento. Na fugacidade desse ato de supor um sujeito no grito situa-se o ponto de inseminação no simbólico.” (VORCARO, 2005, p. 3) Esse grito emitido pela criança, representado no primeiro patamar do esquema da divisão, ao ser interpretado pelo Outro, transforma-se em apelo, revelando a sua castração. Isso indica que esse Outro não pode responder a tudo, ou satisfazer a todo desejo do ponto de vista da criança.

Assim, o que introduziu o Outro como tal foi a demanda, pois é visto como pura presença capaz de atender à necessidade do bebê. “O desejo não é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda [...]” (LACAN, 1966/1998, p. 698) Nesse momento da constituição do sujeito, regulado pelo princípio do prazer, mas ainda como uma ação e reação de caráter orgânico de sobrevivência, o bebê é um objeto passivo, que busca o gozo fora de si, através do seio da mãe.

O Outro é o corpo infinito representado na origem pela mãe, corpo do qual só se gozam pedaços, corpo que a criança não pode conter ou apreender, mas, ao contrário, a contém. O corpo próprio é, portanto, de início, lugar propício ao gozo do Outro, gozo privado que se oferece à criança como dom. (VORCARO, 2005, p. 3)

Nesse tempo de estruturação subjetiva configura-se o marco da fundação do sujeito, que encontra todos os elementos necessários à sua constituição: a necessidade

e a satisfação, a presença e a ausência da mãe e do objeto do desejo e a instituição do simbólico.

É entre o vivo (a que se reduz o sujeito do gozo) e o Outro (a cadeia significante que comanda tudo, tomando, na resposta, a retroação do grito como apelo passível de apaziguamento) que se presentificará uma condição de assujeitamento do ser, na qual aquilo que teria satisfeito a necessidade sustentará sua condição de não-simbolizável, inassimilável, estranho. (VORCARO, 2005, p. 4)

Esse objeto que teria satisfeito, que sustentará a condição de não-simbolizável, Lacan chamou de objeto *a*, que pode ser entendido como a nomeação da falta, que foi suportado pela representação do seio — objeto da pulsão, que pode ser substituído eternamente por outros objetos, visto que é um objeto faltoso, um objeto perdido que o sujeito busca reencontrar, pois não existe como tal.

A esse seio, na sua função de objeto, de objeto *a* causa do desejo, tal como eu trago sua noção – devemos dar uma função tal que pudéssemos dizer seu lugar na satisfação da pulsão. A melhor fórmula nos parece ser esta – *que a pulsão contorna*. Encontraremos sua aplicação a propósito de outros objetos. Contorna, devendo ser tomado aqui com a ambiguidade que lhe dá a língua portuguesa, ao mesmo tempo *turnê*, borda em torno da qual se dá a volta, e *trick*, volta de uma escamoteação [grifos do autor]. (LACAN, 1959-60/2008, p. 166).

Aqui Lacan faz uma divisão relacionada ao Outro, que se fragmenta em dois: o objeto e o Outro como campo, lugar de onde alguém traz o objeto desejado. Desejar a presença do Outro, e como possibilidade de satisfazer uma necessidade, é dessa forma que se compreende a demanda. Como vimos, é a repetida experiência da presença-ausência da mãe que torna a criança capaz de suportar o desprazer e a angústia proveniente da falta do objeto. E é justamente a vivência dessa angústia que indica a presença dessa divisão radical do sujeito, a sua incompletude constitutiva, advinda do Outro, que denuncia a necessidade de reinscrição do desejo como expressão do movimento da vida.

Lacan, no Seminário X, acerca da angústia, situa sua função como mediadora entre o gozo e o desejo, quando nos fala da constituição do sujeito e do registro imaginário em suas relações com o campo do simbólico, bem como sobre a preeminência do objeto *a* nessa dinâmica. Quando a falta se inscreve, na fundação do sujeito, o que opera é o significante da falta (o falo) em tudo aquilo que é demarcação imaginária, através da metáfora paterna. Nessa etapa da constituição do sujeito o desejo materno é

simbolizado pela criança. O falo não podendo ser representado é efetivamente excluído, pois no âmbito do registro imaginário o que conta é a ilusão de completude, e não a falta. O objeto a nada mais é que o resto dessa operação, indicando que, se há significante da falta, há desejo.

A rigor, não podemos falar do objeto a como objeto de desejo, mas como fator para que exista o desejo, pois o objeto funciona como verdadeiro impulsor da estrutura do desejo: “o objeto a não deve ser situado em coisa alguma que seja análoga à intencionalidade de uma noese. Na intencionalidade do desejo, que deve ser distinguida dele, esse objeto deve ser concebido como causa do desejo” (LACAN, 1962-63/2005, p. 214). Assim, por ser percebido como faltoso, na experiência, causa o desejo do sujeito. Dessa forma, podemos dizer que o desejo é ocasionado por algo que falta, e que como tal é responsável pela estrutura faltosa que produziu o simbólico.

Cabe evidenciar que o desejo é um elemento da constituição humana que a define como tal, pois atribui ao sujeito o caráter sexuado, percorrendo o caminho contrário do entendimento limitado aos aspectos biológicos, comportamentais ou das relações sociais tomadas em si mesmas. É esse campo em que o sujeito vai se definindo, intrinsecamente implicado à linguagem, que admite que um objeto amado anteriormente seja visto como perdido e, por esse motivo, sempre buscado.

O homem deseja, porque a satisfação de suas necessidades vitais passa pelo apelo dirigido a um Outro, o que de imediato altera a satisfação, transformada assim em demanda de amor. Em razão dessa contiguidade com a ordem biológica que não basta a si mesma, o amor como relação com o Outro em que o sujeito se aliena permanece marcado por uma exigência do absoluto que é equivalente ao que se perde com essa própria contiguidade. (KAUFMANN, 1996. p. 118)

O amor pode ser entendido aqui como a experiência pela qual se delineiam certas marcas do Outro, que estruturam sua relação com a linguagem e seu desejo. Dessa forma, podemos afirmar que, desfrutando de uma modalidade privilegiada de presença na vida do sujeito, é como desejo do Outro que o desejo do sujeito se sustenta, porém,

antes de mais nada, somente guardando uma opacidade subjetiva, para representar nele a necessidade.

Opacidade que diremos de que maneira constitui como que a substância do desejo.

O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional senão em relação ao Outro, abre sobre a forma da possível falha que a necessidade

pode aí introduzir, por não haver satisfação universal (o que é chamado de angústia). (LACAN, 1966/1998, p. 828)

O desejo do Outro é o que se entende como desejo de desejo. O que a psicanálise nos mostra é que esse está não apenas submetido às eventualidades da história do sujeito, mas também que ele existe na dependência de elementos estruturais, que vão deixando traços ao longo das experiências. Também não podemos deixar de lado o fato de que uma das características do desejo, diferentemente de vontade, é algo que não pode ser conhecido, visto que está inscrito na estrutura inconsciente.

[...] o Outro existe como inconsciência constituída como tal. O Outro concerne a meu desejo na medida do que lhe falta e de que ele não sabe. É no nível do que lhe falta e do qual ele não sabe que sou implicado da maneira mais pregnante, porque para mim, não há outro desvio para descobrir o que me falta como objeto do meu desejo. É por isso que para mim, não só não há acesso a meu desejo, como sequer há uma sustentação possível de meu desejo que tenha referência a um objeto qualquer, a não ser acoplando-o a isto, o \$ [sujeito dividido], que expressa a dependência necessária do sujeito em relação ao Outro como tal. (LACAN, 1962-63/2005, p. 32)

Para ir finalizando essa nossa discussão sobre as questões acerca do inconsciente e a sua relação com o sujeito e com o desejo, devemos ressaltar a partir dos postulados freudianos e lacanianos que esses conceitos não se circunscrevem ao que consideramos como conhecido pela consciência. O que sempre se está explicitando é o fato de que o inconsciente sempre está em operação, na unicidade de cada sujeito.

Formação e desejo de ser professor

Ultimamente tem havido uma crescente atenção à formação de professores. Talvez pelo progressivo aumento da complexidade da nossa cultura e pela constatação de que a educação que temos, de um modo geral, não seja suficiente para formar cidadãos competentes para atender às urgências da nossa sociedade, cresce o discurso sobre a necessidade de uma formação mais eficaz direcionada aos professores. Na academia, nas revistas especializadas, nos inúmeros livros lançados a cada ano, nos abundantes cursos de formação, nas falas corriqueiras dos corredores das escolas, o que se percebe é a primazia que o discurso que tange à formação de professores tem desfrutado. A fala

que se tornou mais eloquente é a de que o professor deve investir em sua própria formação, adotando os caminhos que melhor caibam a si, pois é inaceitável estar no âmbito pedagógico sem a constante dedicação a uma atividade hipoteticamente formativa que, em última análise, tem a pretensão de solucionar alguns dos problemas educacionais por essa via.

Esses discursos que fomentam a ideia de formação não ficam circunscritas somente à esfera da pedagogia. O interesse por esse tema transborda para outros âmbitos, e assim constatamos uma infinidade de discursos vindos dos mais variados lugares buscando um diálogo mais amplo com o campo da educação. Pelo seu caráter multifacetado, à educação é aceitável a constante indagação a respeito de seus potenciais e de suas limitações, partindo das mais diferentes alçadas, visto que a cada construção teórica, um passo é dado, que tanto pode ser à frente ou atrás, dependendo da perspectiva de que se olha.

Fazer um recorte com a expectativa de uma síntese que contemple o conjunto das ideias que vêm sendo discutidas, tanto no âmbito pedagógico quanto educacional, acerca da formação de professores implica, portanto, a aposta de um sujeito que, a seu tempo e a seu modo, tem captado impressões do lugar que ocupa. Dessa forma, o que pretendemos desenvolver neste item são algumas questões que consideramos – devido à nossa experiência junto à equipe pedagógica implicada com a formação de professores numa secretaria municipal – relevantes a esta dissertação. Acreditamos que elas podem elucidar e exemplificar a discussão até aqui realizada, bem como sinalizar para novos estudos articulando formação e inconsciente.

Reconhecemos aqui algumas das ideias que já se tornaram consenso entre os educadores, que se pautam pela certeza de que a formação deve ser norteadas pelo pensamento ético, crítico e reflexivo, o qual será a base para agir de forma coerente frente às situações que se colocam em sua área de atuação. Essa ideia já aponta para o fato de que, por não ser possível separar o profissional e o sujeito ali constituído, é necessário muito mais que dominar métodos de ensino e saberes para ser um bom professor, pois a aprendizagem do pensamento crítico de que esses estudos falam não se dá somente tendo conhecimento dos pensamentos dos autores considerados críticos que geralmente fazem parte dos currículos de cursos de formação de professores. Fica, portanto, implícito nesses dizeres que as escolhas são influenciadas pela subjetividade, configurando-se assim um caráter muito mais profundo e complexo a ser atribuído à

formação. Nossa questão é se de fato tais referenciais se põem a haver com as consequências dessa implicação subjetiva, pois não explicitam de que sujeito se trata. De onde adviria esse sujeito reflexivo?

Vemos que a formação ética para a maior parte dos referenciais, principalmente da pedagogia, está relacionada à ideia de uma formação que seja capaz de tornar o cidadão civilizadamente útil à sociedade, observando algumas orientações de caráter universal. No entanto, essa tão almejada formação difere visceralmente da concepção de ética para a psicanálise, que está centrada no desejo, e, por isso, se encontra muito distante da preocupação em adaptar o homem ao que a sociedade quer e precisa. A ética da psicanálise está implicada com o fato de o sujeito dizer do seu sintoma, trazer ao regime da palavra o que é da ordem do sofrimento, da dor; está relacionada ao fato de o sujeito ter que se haver com seu desejo. Mais uma vez, constatamos que a ideia de formação para a pedagogia, considerada por alguns como representante do discurso científico na educação, bate de frente com o que a psicanálise nos mostra. À medida que pensa uma formação idealizada, embasada na tecnociência, portanto impessoal, funcional e utilitarista, a psicanálise insiste em lembrar que o sujeito (do inconsciente) insiste em se fazer presente, fazendo valer sua singularidade.

Muitos pesquisadores têm se ocupado da tarefa de pensar a formação de educadores, e alguns desfrutam de relativo reconhecimento tornando-se representantes de ideários que frequentemente se tornam quase unanimidades do meio pedagógico. Um desses pensadores que muito temos ouvido acerca de formação de professores é o educador português Antônio Nóvoa,¹⁰ que prioriza a qualificação profissional e o aprender contínuo do professor como motores da melhoria do ensino.

Nóvoa basicamente nos diz que o desafio dos profissionais da área educacional é manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas eficientes. Segundo ele, para isso, há que se encarar a formação como prioridade, abandonando a ideia de que ensinar tem um caráter vocacional. Afirma, então, que a formação que se dá inicialmente na graduação, por melhor que seja, não basta, pois é necessário que seja contínua. Para isso, recomenda que a formação seja buscada no próprio espaço de trabalho, junto aos colegas, pois essa atividade tem caráter coletivo e depende das experiências compartilhadas e vivenciadas

¹⁰ Antônio Nóvoa é doutor em Educação e catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Escreveu "Profissão professor" e "Vidas de professores" (Editora Porto), suas obras de maior relevância.

na prática. Dessa forma, seguindo as recomendações desse estudioso para uma formação eficiente, seria justo supor que se chegaria à feitura de alguém que *aprendeu* a ser bom professor, já que as ideias apresentadas gozam de grande atenção e relevância no meio pedagógico.

Contudo, como escolhemos ver essa questão à luz da psicanálise, não podemos corroborar a ideia de que a aprendizagem de algo está atrelada ao ensino de tal conteúdo ou de tal metodologia. Esse discurso pedagógico em que se formula o par ensino-aprendizagem numa relação de causa e consequência não cabe num contexto em que o conceito de um inconsciente operante se faz presente. Não se trata de pôr em questão a evidente importância que o arcabouço pedagógico tem para a formação de um professor, mas de ter em mente que conhecer e saber usar esses referenciais não é garantia de que se obtenha um professor bem formado. Essa não é uma operação em que um mais um é igual a dois, sempre, pois inúmeras variáveis que não são possíveis de se prever se interpõem entre o que se ensina e o que se aprende.

Quando Nóvoa enfatiza a importância da interação entre os educadores que buscam a formação por meio da troca de experiências, cremos que está atribuindo determinado valor e diferenças aos saberes que alguns têm, enquanto que outros deles carecem. Para ele, com a interação entre os pares, dar-se-ia uma maior aproximação do conhecimento pretendido, já que a aprendizagem se daria entre uns e outros. Mas como controlar um processo em que está envolvido o sujeito do inconsciente?

O próprio Freud exemplifica essa situação incontrolável de aprendizagem ao falar da importância da influência dos mestres no seu processo de elaboração teórica, no texto de 1914, “Sobre a história do movimento psicanalítico” (1915/1969). Ao rever a questão da autoria acerca da importância da sexualidade na etiologia das neuroses, ele atribui esse aprendizado a três mestres (Charcot, Breuer e Chrobak). Porém nos conta que nenhum desses mestres estaria disposto a reconhecer que lhe ensinaram essa ideia, que, aliás, nem sequer a reconheceriam como verdadeira. Isso nos leva a pensar: como alguém pode ensinar algo que não sabe?

A resposta a essa questão é simples: graças à transferência,¹¹ esse processo

¹¹ Transferência: “Termo progressivamente introduzido por Sigmund Freud e Sandor Ferenczi (entre 1900 e 1909), para designar um processo constitutivo do tratamento psicanalítico mediante o qual os desejos inconscientes do analisando concernentes a objetos externos passam a se repetir, no âmbito da relação analítica, na pessoa do analista, colocado na posição desses diversos objetos.” (ROUDINESCO, 1998, p. 766) Contudo, a transferência está presente em todas as nossas relações, e, por esse aspecto, ela se assemelha a um tipo de amor em relação ao Outro.

inconsciente que faz com que uma dada pessoa funcione, para nós, mais de acordo com uma suposição que temos dela do que a partir de seus atos ou inclinações reais (lembramos, de passagem, quando Lacan ressaltou essa dimensão de suposição ao abordar a transferência como sujeito suposto saber). (VOLTOLINI, 2011, p. 33)

Freud creditava aos seus mestres a autoria de uma ideia que teve, por atribuir-lhes a suposição transferencial de mestria. Não foi algo ensinado pelos mestres de forma consciente. Se pensarmos um processo de formação, quando o enfoque recai sobre o ensino, não podemos simplesmente levar em conta somente o que se reconhece como o conteúdo. “Aprender indica muito mais uma operação ativa, de ir lá e pegar algo no campo do Outro, do que receber passivamente algo do outro que me ensina.” (VOLTOLINI, 2011, p. 33) É, antes, uma operação que demanda a atitude de se mover em direção a algo que se deseja, a que se atribui um valor, e que está, imaginariamente, na posse do Outro. Dessa forma, a figura do mestre certamente pesará de forma impactante sobre a formação, desde a escolha profissional, até o estilo que esse professor adota em sua prática docente, pois sua influência não fica encerrada ao que se ensina somente, mas também ao que ele nem sabe que está ensinando. Ainda que o mestre esteja imbuído de planos e objetivos claros, ainda que se trate, como se costuma dizer, de um educador 'consciente' — para destacar a ilusão de se subtrair a dimensão inconsciente —, não se pode ter a totalidade da sua presença sob seu controle.

Ainda acerca da transferência, Freud nos fala, por meio do texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar” (1937/1996), que a relação com os mestres também pode vir carregada de ambivalências, já que estão ancoradas na vinculação original que se teve com os pais. Há uma transferência para os mestres da qualidade da ligação do sujeito com as figuras parentais de seu engendramento como sujeito, sustentando assim sua relação com a figura do mestre e sua autoridade. É, portanto, na repetição do encontro como a falta — que se inscreveu através da passagem pelo complexo de Édipo —, no fracasso na realização dos desejos infantis, com o qual estamos sempre a nos esbarrar, que será identificado esse processo transferencial. A transferência é a aposta de que há que existir um saber que virá dar conta dessa falta do encontro perfeito, desse furo presente na relação do sujeito ao Outro. Toda essa confiança que é creditada ao Outro traz como efeito o amor.

É junto aos mestres que se estabelecerá um intenso laço afetivo, revelando o pivô em torno do qual gira a organização subjetiva do sujeito, já que a transferência em

nada se diferencia do que se passa no amor. Essa demanda de amor que é dirigida a esse Outro tem um caráter imaginário, e dessa forma nos vemos comandados por aquilo que deste Outro apreendemos como objeto, ou seja, como objetos que são orientados como sujeitos desejantes. O que destacamos dessas observações é a conclusão de que qualquer influência que alguém possa ter sobre outro está fundamentada na dependência de um campo que se estabelece entre ambos.

Dessa forma, quando o discípulo se remete ao mestre, atribuindo-lhe um sentido dado pelo desejo, podemos dizer que essa figura passará a fazer parte de seu cenário inconsciente. Isso quer dizer que o professor, colhido pela transferência, não é exterior ao inconsciente do aluno: o que quer que diga ou faça será assimilado a partir desse lugar que ocupa no inconsciente do aluno.

No âmbito da relação instrutiva, a ideia de transferência nos mostra que o sujeito que ocupa a posição de mestre pode ser investido pelo desejo do aluno e será a partir desse investimento que a palavra do mestre ganhará poder. O aluno demanda que o mestre suporte esse lugar ao qual foi colocado, para que, mediante o processo educativo, seja superado pelo aluno. Devemos reconhecer também que o mestre é um sujeito marcado pelo inconsciente, por isso o que se institui ali traz em si grande complexidade. Só o desejo de ser mestre valida sua presença nesse lugar, mas, estando ali, é necessário que abra mão de seu desejo para que o desejo de saber do aluno conquiste seu objetivo. Essas considerações nos apontam para o fato de que essa relação entre o mestre e o aluno, por ser estabelecida num lugar onde um enuncia o desejo de ensinar e o outro enuncia o desejo de saber, implica um inesperado encadeamento, em que podemos identificar os sujeitos, as leis e a instância em que se dá, mas jamais teremos certeza prévia do resultado.

A transferência, então, é a condição para que haja transmissão do saber. Se por alguma razão não ocorrer o estabelecimento de uma relação transferencial entre o mestre, que se supõe ter posse de um saber, e o discípulo que o deseja, fica inviabilizado o processo formativo. Também é importante lembrar que esse desejo a que nos referimos não é a vontade consciente de ser professor porque se identificou com determinado mestre. É antes uma marca condicionada pela transferência que o professor causa, inconscientemente, no aluno, ou seja, sentimentos primitivos relacionados com as figuras dos pais que mais tarde são direcionados ao professor.

Não podemos pensar em formação desconsiderando a ética que a psicanálise

oferece ao refletir sobre esse lugar em que se colocam os sujeitos implicados no processo formativo, já que se trata de sujeitos ocupando lugares significantes profundamente marcados pelo desejo. Se por um lado ela traz um sentimento de liberdade, ao constatar que tira a carga de controle excessiva dos ombros dos professores, já que não são capazes de determinar todo o processo de ensino e aprendizagem, por outro, e pelo mesmo motivo, também traz uma inquietação ao constatar o alcance de seus poderes e de seus limites. Então é possível considerar que a psicanálise transmite uma ética, um modo de ver e entender a prática educativa centrada no desejo, ouvindo o que os sujeitos investidos nessa cena têm a dizer.

É notável o fato de que o sujeito para a psicanálise está muito distante do sujeito conforme compreendido no modo como grande dos estudiosos vêm formulando e divulgando, a partir das ideias de Nóvoa, o pensamento pedagógico a respeito da formação. Decorre que, enquanto na educação o sujeito contemplado é o passível de mensuração, silenciado em sua singularidade, o sujeito do qual se ocupa a psicanálise é o sujeito do inconsciente, de caráter único e não mensurável. Enquanto o sujeito da psicanálise tem um caráter subversivo, pois sempre está em conflito com uma ordem que lhe é exterior, em relação com o inconsciente e o desejo — portanto impossível de ser idealizado —, o dessa pedagogia é supostamente capaz de ser formado seguindo esse ou aquele ideário de caráter universal.

Não deixa de ser uma aposta ousada falar de formação tendo como fundamento duas visões tão díspares. Mais ousado ainda é dar expressão e forma a uma singularidade subjetiva utilizando-se da escrita acadêmico-científica. Contudo, o fato é que, depois de algum percurso examinando e vivenciando o que se tem acerca de formação de professores, nenhuma construção teórica que não leve em conta a subjetividade nos pareceu convincente para avançar com as questões advindas daí. E nessas, conduzindo-nos por percursos que acabaram nos colocando frente à questão do desejo, fomos levados a considerar o seguinte: o “fato de podermos formular a alguém a questão do desejo do docente é sinal [...] de que a questão existe” (LACAN, 1962-63/2005, p. 190).

O sujeito e seu desejo, então, passaram ser o ponto de partida e o ponto de chegada para pensarmos a formação, e a psicanálise insiste o tempo todo em nos lembrar desse sujeito, que foi apagado na ideia comum de formação, por isso aqui tentamos devolvê-lo à cena da qual foi excluído. Mas, afinal, o que é pensar formação de

professor, se existe o inconsciente nessa dinâmica?

Arriscamos neste trabalho afirmar que é na postura desejante do sujeito frente à possibilidade de se tornar um professor que estaria a distinção que tornaria possível essa empreitada. O ser professor ocuparia o lugar de objeto de desejo para esse sujeito, e a formação seria a realização desse desejo. A centralidade do desejo inscrito no inconsciente é que dá o tom para todas as ações humanas, e nisso está incluída a escolha pela profissão e os recursos a fim de se chegar a essa formação.

Portar um diploma, após passar por um processo institucional de formação, só alcançará o status de verdade se, antes, o sujeito implicado nesse processo for afetado pelo desejo de ser professor. Contrariamente, também pode ocorrer que esse sujeito afetado por esse desejo, que talvez nem tenha passado por um curso específico de formação de professor, traga em si a certeza de que é um professor. Por se tratar de um processo relacionado ao inconsciente, e não condicionado à formação técnica ou profissional, vemos frequentemente um profissional formado em outras áreas ser (e se sentir) excelente professor, capaz de despertar em seus alunos o mais puro desejo de saber.

Por melhor que seja um curso de formação, por mais convincente que seja a orientação de pensadores da área, por mais rico que seja a interação entre os profissionais de um ambiente escolar, tudo isso será insuficiente se o professor não estiver atribuindo um valor desejável ao que é oferecido. Ele pode até sentir 'vontade' de adotar essa ou aquela postura, talvez por conveniência, mas o que concerne ao desejo, como força motriz de sua verdade como sujeito, não lhe validará como ocupante do lugar de mestre. Isso nos leva a pensar até que ponto um curso com a pretensão de formar um professor é capaz de influenciar a subjetividade de alguém para que se deseje ser tal profissional.

É lógico que não temos a pretensão de apontar soluções, nem afirmar o que se deve ou não acontecer num curso de formação, mas, diante do que já foi dito, temos condição de assegurar que só é possível uma dimensão de formação significativa a partir da riqueza simbólica que é ofertada a esse professor. Somente mediante uma articulação no nível do inconsciente é que é possível provocar algo que se estabeleça efetivamente no âmbito da cena formadora. É na

experiência prática que somos confrontados com a dimensão do impossível, pois não temos como saber o que realmente se ensina e o que realmente se aprende.

Porém existem momentos em que o ato educativo é capaz de despertar o desejo, pode-se considerar então, alcançou o mais alto grau de qualidade [...] (CRUZ E BORGES, 2014, s/p).

Alcançar “o mais alto grau de qualidade” é o que todos que estamos comprometidos com a formação presumimos. Mas despertar o desejo de ser professor no outro não é algo que se possa planejar, colocar em prática de forma previsível e com a garantia de se atingir o objetivo. Há que se atentar para o fato de que a responsabilidade de um investimento simbólico recai sobre a instituição formadora e sobre as pessoas que portam o estatuto de mestres, que, pelo menos por algum tempo, são o alvo da demanda do aprendiz, já que personificam o Outro perante este.

Assim, para ir encerrando, até aqui, um assunto quase inesgotável, devemos entender, a partir dos postulados de Sigmund Freud e de Jacques Lacan, que o que sempre teve em questão para a psicanálise não é somente o sujeito e suas articulações, mas também o inconsciente que o governa. O que foi apresentado neste trabalho mostrou que, para conhecer e (a)prender os sentidos subjetivos produzidos pelos sujeitos no processo de tornar-se professor, é necessário investigar muito mais do que é evidenciado nos certificados, nas falas, nas aparências e na práticas cotidianas. É, antes, necessário também reconhecer que somos limitados para perceber o que é apresentado a nós, já que também temos uma percepção seletiva, dirigida pelos processos inconscientes.

Neste estudo, que se iniciou como um investimento intelectual num lugar diferente do que já vinha sendo vivenciado, percebemos que algumas certezas foram quebradas. E a mais significativa e dolorosa se deu acerca do fato de que as muitas teorias que fundamentam o ideário pedagógico, especialmente no que tange à formação de professores, são incapazes de dar respostas aos problemas educacionais, pois não existe saber científico ou pedagógico que dê solução para o real, já que esse é sempre faltoso. O saber teórico que nos 'salvava' da ideia de total desconhecimento e impotência frente ao processo de formação, de repente, não mais atende aos nossos questionamentos. Muito mais significativo nesse processo é o fato de que o inconsciente, movido pelo desejo, prescreve os rumos de uma formação.

O que se iniciou como uma pequena ferida, frente à indagação do que leva um sujeito a ser professor, e que durante o trajeto desse curso criou a ilusão da busca baseada na crença de que existiria uma cura-resposta, com o andamento das pesquisas, fez agravar mais ainda os contornos dessa ferida. Isso vem a indicar a necessidade de aprofundamento em algumas outras ideias suscitadas pela pesquisa, que poderão ser

abordadas em estudos posteriores, haja vista que a questão do psiquismo é um assunto pouco explorado se tomado no campo da formação profissional docente.

Com sua maneira própria, a psicanálise nos levou a nem tanto responder, mas sobretudo a formular outras questões que nem sequer supúnhamos existirem. Todas essas vivências, nas aulas, no grupo de estudo, nas leituras solitárias, madrugadas adentro e nas frequentes discussões com o orientador, demarcaram a riqueza e a pertinência dos diferentes momentos em que nos encontramos na transmissão dos efeitos do encontro com a psicanálise. O que foi apresentado neste estudo nada mais é do que o efeito do que nos tem atingido no transcurso desta trajetória.

REFERÊNCIAS

BURGARELLI, C. G. *Linguagem e escrita: por uma concepção que inclua o corpo*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

_____. Implicações do conceito de inconsciente para a pedagogia. *Fragments de cultura*. Goiânia, v. 18, n. 5/6, 383-391, mai/jun. 2008.

CRUZ, B.; BORGES. S. Saber e conhecimento: a psicanálise na escola. *Inter-Ação*, vol. 39, n. 3, set.-dez., 2014 (no prelo).

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Col. Passo-a-passo).

FREUD, S. (1891). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições Biblioteca 70, 1977.

_____. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos* (1923-1925). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1996.

_____. Além do princípio de prazer. In: _____. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1920/1996.

_____. Algumas reflexões sobre a psicologia escolar (1914). In: _____. *Totem e tabu e outros trabalhos* (1913/1914). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1913/1996.

_____. Análise terminável e interminável. In: _____. *Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos* (1937-1939). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1937/1996.

_____. A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial (1926). In: _____. *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos* (1925-1926). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XX. Rio de Janeiro: Imago, 1925/1996.

_____. Instintos e suas vicissitudes. In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1915/1969.

_____. *Interpretação de sonhos* edição comemorativa 100 anos. Rio de Janeiro: Imago, 1900/2001.

_____. O ego e o Id (1923). In: *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1996.

_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1927/1996.

_____. O inconsciente. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 1915/2004. Vol. 2.

JORGE, M. A. C.; FERREIRA, N. P. *Freud, criador da psicanálise*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de Psicanálise, o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998. p. 496-533.

_____. A significação do falo, Die Bedeutung des Phallus. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998. p. 692-703.

_____. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência analítica. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998. p. 96-103.

_____. (1957-58). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente 1957-1958*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1961-1962). *O seminário, livro 9: A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1961/2003.

_____. (1962-63). *O seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1964). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. (1961/62). Respostas a estudantes de filosofia. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 210-218.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998. p. 807-842

LAJONQUIÈRE, L. de. A palavra e as condições da educação escolar. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 455-469, abr/jun. 2013.

LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1993.

NASIO, J.-D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PESSOA, Fernando. *Os melhores poemas de Fernando Pessoa*. 4.ed. Seleção de Tereza Rita Lopes. São Paulo: Global, 1998. (Col. Os Melhores Poemas)

PONTES, S. A. *De sistema psíquico a tropeço da fala: variações do conceito de inconsciente na psicanálise*. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTOS, D. P. *O inconsciente nos primeiros textos de Freud: aparelho de linguagem, aparelho de memória e aparelho psíquico*. 2013. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2013.

VOLTOLINI, Rinaldo. *Educação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VORCARO, A. Incidência da matriz simbolizante no organismo, condição necessária ao advento da fala 03/11/2005. *Association Lacanienne internationale*. Disponível em <http://www.freud-lacan.com/Champs_specialises/Presentation/Incidencia_da_matriz_simbolizante_no_organismo> Acesso em 30 set. 2013.